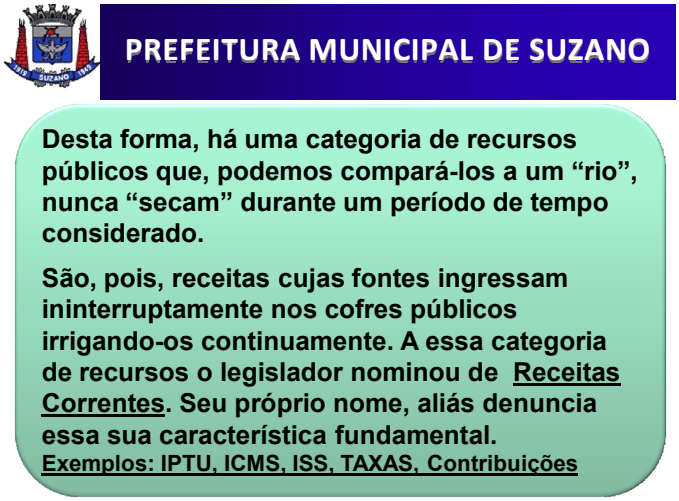
ATA DA DÉCIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 056/2018 – LOA 2019.

Ata da Décima Audiência Pública, realizada na Câmara de Vereadores "Palácio Deputado José de Souza Cândido", nas dependências do Plenário "Francisco Marques Figueira", cujo prédio fica situado na Rua dos Três Poderes, nº 65, Jardim Paulista. Ao sétimo dia do mês de novembro de dois mil e dezoito, às 14h09, dá-se início à Décima Audiência Pública, do Segundo Exercício da Décima Sétima Legislatura, sob a Presidência do Ver. Leandro Alves de Faria – (Leandrinho) que, em nome de Deus e da Pátria, declara aberta a sessão e anuncia: "Esta Audiência Pública tem por objetivo a discussão sobre o Projeto de Lei nº 056/2018, de autoria do Executivo Municipal, que estima a receita e fixa a despesa do município de Suzano para o exercício de 2019, e dá outras providências. [PLOA 2019], conforme o artigo 48, § 1º, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000. Convido o Secretário Itamar Corrêa Viana e o Sr. Willian Nakamura para ocuparem lugar na mesa de trabalho. Informo que o Prefeito Rodrigo Kenji Ashiuchi foi convidado para esta audiência. Agradeço as presenças dos Vereadores André Marcos de Abreu - Pacola, Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans e da Verª. Neusa dos Santos Oliveira - Neusa do Fadul e de todos os servidores presentes. Passo a palavra ao Secretário de Planejamento e Finanças para suas considerações iniciais e apresentação da LOA." **COM A PALAVRA O SECRETÁRIO ITAMAR CORRÊA VIANA:** "Boa tarde, agradeço pela audiência, Vereador Leandrinho. Agradeço a presença da Vereadora Neusa, do amigo Jaime Siunte, do Vereador Pacola e Vereador Maizena para esta Audiência Pública da LOA 2019. Agradeço a presença da equipe de orçamento e da imprensa." O secretário faz a apresentação, lendo e explicando cada slide exibido no data show da Câmara, pelo Sr. Marcos Cesar Pereira da Silva. O secretário diz: "Hoje nós temos o objetivo de apresentar a LOA 2019, que está baseada no Art. 165 da Constituição de 1988. Fazer orçamento é sempre um exercício de futurologia, porque você tem de pensar o que vai acontecer com o município, com o estado e com o país no ano subsequente. O Art. 165 definiu a forma de integração entre plano e orçamento por meio de criação de três instrumentos: Plano Plurianual – PPA (2017-2021) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA(conhecida pela sua execução). PPA- Programa com Metas e Indicadores para 4 anos. LDO – Metas e Prioridades para cada ano e LOA – proverá recursos para a execução das ações necessárias ao alcance das Metas. O próximo slide explica a associação dessas três ferramentas, bem conhecidas pela Casa de Leis.

O PPA, a LDO e a LOA são três itens que trabalham a questão do planejamento, do orçamento e gestão. No projeto de lei, que os vereadores têm em mãos, os programas podem ser divididos em: ELEMENTOS ESSENCIAIS. Os programas podem ser divididos em: FINALÍSTICOS – resultam em bens ou serviços ofertados diretamente à população. APOIO ADMINISTRATIVO – ações administrativas que colaboram para o desenvolvimento dos Programas Finalísticos, ex.: Gestão de pessoas."

NOÇÕES SOBRE RECEITA PÚBLICA.



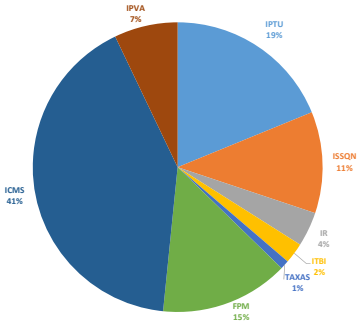
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

<u>Receitas de Capital</u>. Ao contrário das Receitas Correntes, não são perenes, não ingressam continuamente aos cofres públicos. São receitas que alimentam o CAIXA do governo durante um certo período de tempo. Por isso mesmo, não pode o gestor público contar sempre com essa categoria de receita, uma vez que elas possuem "vida curta". Para aproveitá-la convenientemente na administração das finanças públicas deverá planejar-se, recorrendo às mesmas tão somente à época em que estiverem disponíveis.
Ex. Transferências Federais, Estaduais, Operações de Crédito

"Eu sempre faço o comentário aqui sobre o que é receita corrente e receita de capital, de maneira simples e analogia que a gente utiliza e já está até sedimentado conceito de **Receita Corrente** é aquilo que vai pingar todo mês. **Receita de Capital** é aquilo que eu pego emprestado, aquele recurso que a gente busca em determinada situação ou momento, não tem uma continuidade. Um exemplo de receita de capital para nós é o recurso da Marginal do Una. Quando aprovado lá trás é um recurso finito. Você tem R$ 10, 11 milhões para serem utilizados na elaboração daquele projeto. Não vou ter mais recursos nessa sequência. **Receita Corrente** é aquilo que temos diariamente: impostos, taxas, receitas estaduais, federais dentro da nossa operação." O secretário explica o quadro abaixo, quanto às receitas de arrecadação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Principais Receitas do Município

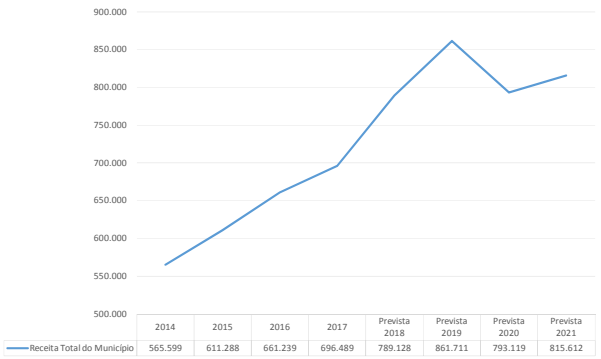


ICMS = 41%. IPTU = 19%. FPM = 15%. ISS = 11%
IPVA = 7% IR = 4% e TAXAS = 1%

rap

"Vou abrir um parênteses que não está no foco da LOA, mas é importante para a discussão na Casa de Leis, numa reforma tributária que muda essa configuração. Mudando a configuração, muda a forma de fazer o orçamento, até fazer o entendimento do que pode ocorrer. Por exemplo, a unificação de ICMS com ISS como vai ser esse repasse? Como poderia fazer isso? São discussões que estão na Câmara Federal, mas que traz reflexos para o município, porque muda toda essa engenharia financeira de recursos", explica o Sr. Itamar Viana. A seguir lê os quadros abaixo:

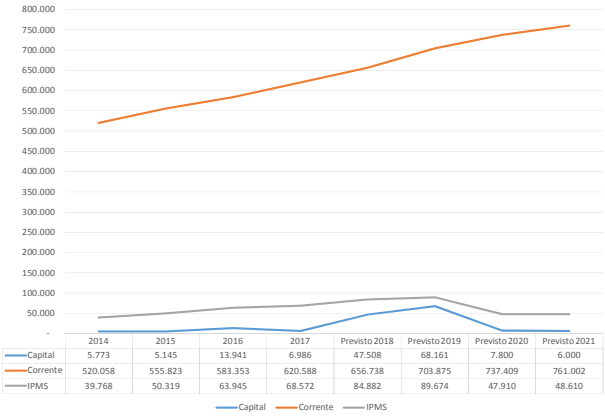
Evolução da Receita do Município R$ Mil



	2014	2015	2016	2017	Prevista 2018	Prevista 2019	Prevista 2020	Prevista 2021
Receita Total do Município	565.599	611.288	661.239	696.489	789.128	861.711	793.119	815.612

"Em 2017, tivemos R$ 696 milhões. Para 2018, foram previstos R$ 789 milhões. Agradeço a presença do Ver. Professor Edirlei (14h18). Para 2019 foi feita uma previsão de R$ 861 milhões, o que representa em termos gerais 9.2% de aumento de receita, não estou considerando todo o cenário para o ano que vem. Por isso que eu falei que o exercício de um orçamento tem que ver quais são as medidas que o governo federal vai tomar na questão financeira, quais são as medidas que o governo estadual vai tomar na questão das receitas e o impacto que isso traz para nós municípios. Isso pode alterar durante o ano e a nossa função é fazer o acompanhamento orçamentário para apresentar para vocês da melhor maneira, porém esse é o valor de projeção de aumento de 9.2% do orçamento."

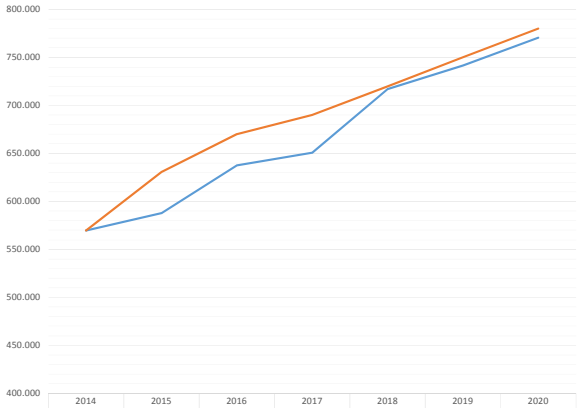
Receitas de Capital, Correntes e IPMS R$ Mil



	2014	2015	2016	2017	Previsto 2018	Previsto 2019	Previsto 2020	Previsto 2021
Capital	5.773	5.145	13.941	6.986	47.508	68.161	7.800	6.000
Corrente	520.058	555.823	583.353	620.588	656.738	703.875	737.409	761.002
IPMS	39.768	50.319	63.945	68.572	84.882	89.674	47.910	48.610

"Este gráfico começa ter incremento em 2017; começa fazer aquela curva de aumento da receita corrente, que estamos conseguindo um incremento ano a ano na receita corrente, porém, infelizmente, aqui na última linha que é o IPMS – Instituto de Previdência Municipal – abro outro parênteses na prestação de contas, ele tem aumentado de maneira considerável e no futuro, daqui a 15, 20 anos, a questão do Instituto para o Município pode vir a apertar as contas. A questão da discussão da previdência se faz necessária, o recurso é o mesmo do município, se eu tenho servidores de um lado ele tem de ser atendido. A discussão é como fazer o atendimento do Instituto, hoje dos funcionários que estão aposentando, de quem está entrando na folha, ou seja, temos de fazer essa gestão. Fiz um número só para mostrar para vocês, de 2017 teve um incremento de 23%. A despesa com o Instituto aumentou 23% e a minha receita, fiz a projeção, de 9%. Se os 9% não acontecerem, os 23% irão acontecer. Essa despesa é uma certeza. Ao longo do tempo ela vai diminuindo o capital que o município vai ter daqui a 15, 20 anos. A projeção que tem de fazer alguns ajustes para não dar problemas lá na frente, que é uma discussão nacional, Presidente. A questão do Instituto não passa só pelo município, é uma discussão nacional", esclarece o secretário.

Evolução das Receitas Correntes e Comparação IPCA-IBGE R$ Mil



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES	569.822	587.803	637.756	650.653	717.298	741.683	770.495
RECEITAS CORRENTES AJUSTADAS IPCA	569.822	630.622	670.288	690.062	719.873	750.035	780.037

“Vou fortalecer a minha equipe em nome da Mônica, do Willian, do Ademir uma precisão para 2018, que se aproximou muito do que foi projetado e o que aconteceu de fato. O orçamento acompanha muito bem essa defasagem, porque muitas vezes você faz uma projeção, a inflação come esse resultado e vai faltar lá na frente. Aqui mostra em 2018 quando juntaram os gráficos um trabalho de muita qualidade do setor de orçamento”, enfatiza o secretário.

A seguir, o Sr. Willian Nakamura fez a explicação dos quadros abaixo:

Investimento na Educação

Despesas com Folha de Pagamento	**147.856.044,85**
Folha de Pagamento Recurso Fundeb	105.790.000,00
Folha de Pagamento Recurso Tesouro	42.083.939,85
Outras Despesas Correntes	71.169.931,62
Despesas Totais	219.043.871,47
Valor Percentual de Aplicação Obrigatória (Mínimo 25%)	27,42%

O Sr. Nakamura ressaltou que o valor percentual de Aplicação Obrigatória o mínimo é 25% e a previsão é de 27,42%.

Investimento na Saúde	
Despesas com Folha de Pagamento	66.250.868,00
Outras Despesas Correntes	62.851.219,53
Valor Total Aplicado Tesouro	129.102.087,53
Receitas Vinculadas às Despesas da Saúde	59.558.112,78
Despesa Total	188.660.200,31
Valor Percentual de Aplicação Obrigatória (Mínimo 15%)	24,52 %

O Sr. Willian Nakamura ressaltou também que o percentual de Aplicação Obrigatória na Saúde é de 15% e a previsão é de 24,52%.

Despesas com Pessoal e Encargos	
Receita corrente líquida	703.875.082,00
Total de despesas com pessoal (Somente Prefeitura)	311.771.299,85
Percentual em relação à RCL	44,29%

O Sr. Willian Nakamura informa que o percentual em relação à RCL é de 44,29%, o limite permitido pela Prefeitura é de 54% e o limite prudencial é 51,3%.

Continuando o Sr. Itamar explica: “Esses três itens, vou fazer uma consideração de cada item. Cada 1% na Educação, 1% na Saúde representam praticamente em torno de R$ 4 a 5 milhões. Está bem claro que na Educação está 2,42% acima do mínimo; dos 24,52%, 9, 52%. Já falei da outra vez que estive aqui, Presidente, que uma UBS inaugurada fica em R$ 4.500 milhões o custeio dela no ano subsequente. Quanto mais UBSs inauguramos, a receita tem de acompanhar essas despesas. A Saúde teve esse incremento considerável 9,52%, e a Educação teve 2,42%. Quero ressaltar o controle quanto à folha

44,29%, que é um número que está dentro dos padrões exigidos pela lei. Se eu somar esses três itens somam 96,23%. Ainda temos os precatórios com 1,2% e o valor da Câmara que é 6%, uma contabilidade diferenciada do todo. Hoje, a Câmara Municipal de Suzano tem 6% desta contabilidade, porque cidades com até 300 mil habitantes tem esse percentual. Quando atingir 300.001 habitantes terá 5%, porém, o incremento de receita quando faz essa virada, a Câmara não sente essa diferença de porcentagem, Existe no próprio IBGE passar Suzano para 300 mil, pela lei federal passa de 6% para 5% do valor. O município trabalha com 2,5% de receita do total de orçamento para gerar o todo, então é um exercício bem interessante." A seguir, o secretário leu os quadros abaixo:

Proposta de Orçamento 2019

Secretarias-Fim	Orçamento 2019
Assistência e Desenvolvimento Social	21.319.421,00
Cultura	6.924.876,00
Esporte e Lazer	6.216.738,00
Educação	219.043.871,47
Saúde	177.175.323,44
Manutenção e Serviços Urbanos	132.481.771,10
Governo	1.502.819,00
Segurança Cidadã	13.794.863,80
Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego	4.330.885,00
Planejamento Urbano e Habitação	11.981.473,00
Meio Ambiente	5.004.008,81
Transportes e Mobilidade Urbana	21.297.805,76
Total	**621.073.856,38**

Proposta de Orçamento 2019

Secretarias-Meio	Orçamento 2019
Gabinete do Prefeito	7.064.246,00
Administração	38.584.214,70
Planejamento e Finanças	63.861.420,00
Comunicação Pública	6.337.562,00
Assuntos Jurídicos	4.679.154,00
Controladoria Geral	846.623,00
Total	**121.373.219,70**
Demais Entidades	**Orçamento 2019**
Instituto de Previdência do Município de Suzano	89.674.000,00
Câmara Municipal	29.589.447,00
Total	**119.263.447,00**

Na sequência, o Sr. Willian Nakamura explica sobre as Emendas Impositivas: “A Emenda Constitucional 86/2015 incluiu diversos parágrafos no artigo 167 da C.F. As emendas são referentes à execução obrigatória, porque os parlamentares, desde sempre, têm direitos de fazer emendas aos projetos de lei, e o orçamento não é uma exceção, por mais que eles fizessem essas emendas ao orçamento nem todas tinham seu cumprimento. A partir desta emenda, passou a ser obrigatória. O governo federal, os governos estaduais e os governos municipais passaram a ter essa obrigação”. A seguir, lê os quadros abaixo:

Sobre as Emendas Impositivas

- Emenda Constitucional nº 86/2015

A Emenda 86 acrescentou os seguintes parágrafos:

- **§ 9º** As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida **prevista** no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a **metade** deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- **§ 10.** A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 9º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

Sobre as Emendas Impositivas

- **§ 11.** É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 9º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165.

Receita Corrente Líquida Prevista para 2019	703.875.082,00
Receita Corrente Líquida Prevista para 2018	656.737.592,57
Receita Corrente Líquida Realizada 2017	620.588.538,66

Sobre as Emendas Impositivas

Foi disponibilizada a seguinte dotação para Emendas Impositivas:

01.04.40.99.999.9999.9999.9.9.99.99.00

Esta refere-se à Reserva de Contingência.

Total de Reserva de Contingência 2019	15.485.252,00
Emendas Impositivas	8.446.501,00
Reserva de Contingência (1% RCL, § 1º, Art. 5º LDO 2018)	7.038.751,00

"Não sei se os vereadores observaram na nossa mensagem, no projeto de lei, nós disponibilizamos uma rubrica, uma dotação específica para as emendas impositivas. Assim facilita tanto o trabalho da Câmara, quanto do Executivo. Nessa rubrica apontada nesse código extenso é composta pela reserva de contingência, obrigatória pela Lei de Diretrizes Orçamentárias em conjunto com as Emendas Impositivas. O valor das emendas é de R$ 8.446.501,00, que deverá ser dividido igualmente entre os vereadores, e assim, ficará essa dotação disponível para fazer as emendas com as inscrições das dotações e a sua destinação que ficará a critério dos vereadores", diz o Sr. Willian Nakamura. A seguir, o secretário Itamar finaliza a apresentação dizendo, que na política financeira municipal o governo vem buscando sanear as finanças com equilíbrio nas contas públicas baseado numa arrecadação real e responsável. Com ação planejada e transparente, evitando risco ao município no cumprimento das metas. Sempre com esse equilíbrio da receita e despesa que é muito importante. Não adianta fazer uma gestão inicial, ela tem de ser planejada a longo prazo, ou pelo menos a médio prazo. Posso falar agora, finalizando o ano, que praticamente as contas deste ano nós conseguiremos entregá-las com bastante segurança dentro do planejado. Isso mostra a responsabilidade do governo com a questão Finanças. Presidente, concluo as minhas palavras e a apresentação do projeto de lei orçamentária de 2019." O Senhor Presidente agradece o secretário pela explanação e passa a palavra aos senhores vereadores. **Com a palavra o Ver. André Marcos de Abreu - Pacola(DEM):** Gostaria de em nome do Secretário Itamar cumprimentar a todos, funcionários da Casa, imprensa, público presente boa tarde. Primeiro, vamos falar dessas emendas impositivas que se encontram no telão. Este Vereador está no segundo mandato e ainda não teve a oportunidade de utilizar essas emendas impositivas. Vou falar do

meu jeito, essas emendas para os vereadores, para mim principalmente, pouco importam. Porque nunca é concluído. Já faz 5 anos que temos essas emendas, sempre aponto determinada situação para o prefeito, para o secretário e nunca foi aplicado um centavo no local que este vereador apontou. Passa ano e entra ano e sempre a mesma desculpa. Agora, se puser esses R$ 8.446 milhões de emendas divididos por 19 vereadores vai dar aproximadamente R$ 444 mil. Seria de suma importância, seria gratificante para qualquer vereador desta Casa, desde que fosse aplicada na obra indicada. Nunca é feito, Secretário. Desde que estou aqui, há cinco anos, não tive o privilégio de falar 'aquela academia pública custa R$ 15 mil e foi feita com a emenda impositiva do Vereador Pacola'. Todo ano eu aponto. A gente se preocupa com as rubricas, com tudo o que tem de ser feito. Por exemplo, ano retrasado me pediram para reformas de alguns postos. O Vereador abriu mão de uma parte da emenda, que já tinha cedido metade para a Saúde. No ano passado, este Vereador pediu a reforma de uma quadra e a compra de uma ambulância. Ontem, desculpem-me pelo jeito de falar, me ligaram no gabinete perguntando se eu queria subir para conversar não sei com quem lá no Executivo, a respeito das emendas impositivas, tanto do ano passado, quanto deste ano. Hoje, caiu-me a ficha, porque hoje teria Audiência Pública. Eu não sei se é uma lei que tem de ser cumprida e não cumprem, deixa a gente fica chateado. Veja bem, apontei para a reforma de uma quadra, não foi feita; apontei para a compra de uma ambulância e não foi comprada. Agora, virou moda aqui secretário querer passar a "sacolinha". Os secretários estão batendo na porta dos gabinetes dos Vereadores, querendo saber quanto eu posso dar para a Secretaria dele. E as Secretarias que estão passando aqui são as que têm o maior orçamento do município: "Vim passar a "sacolinha", me ajuda!" Nós fazemos o que é possível para ajudar o governo, mas o Vereador também tem de ser ajudado, Secretário. Passa dia, entra dia só com promessas. Por exemplo, apontei para a reforma de uma quadra e já está terminando o ano e não vai ser feita. Apontei para a compra de uma ambulância, disseram que não era viável. Como que não é viável uma ambulância para o município? O senhor me desculpa pelo desabafo. Estou aqui há cinco anos e não consigo enxergar a minha emenda impositiva ou então está havendo má interesse para o lado deste vereador e eu preciso descobrir por quê? A gente não está aqui para falar da Secretaria A ou B, mas temos de ter uma atenção, temos de ter o amparo legal do vereador. Se isso é lei, tem de ser cumprida, ou estou errado? O que está acontecendo agora? Os secretários estão ligando para este vereador para mudar a nomenclatura, porque não é viável a ambulância, não é viável a quadra, não é viável onde este Vereador apontou. Quem está nos bairros ouvindo a necessidade da população somos nós vereadores. Não é o caso de Vossa Excelência, mas a maioria dos secretários não se levanta da cadeira e vem aqui opinar e passar a "sacolinha", pedindo dinheiro da emenda dele. Está errado! Sei que o secretário tem boa intenção, boa vontade, mas estou desabafando. Não adianta para vereador aqui em Suzano ter essa emenda impositiva, Secretário. Ela não faz efeito nenhum. Falar que emenda impositiva é um direito do vereador, para o Vereador Pacola é

balela. Eu prometi uma situação para o munícipe, vou lá levo o documento que mandei a emenda impositiva, aponto o local, e quem passa a vergonha sou eu. Mostrei a indicação do local e quem passa como mentiroso é o vereador, porque eles não acreditam mais em palavras, porque não acontece nada. Há três, quatro anos que faço os apontamentos e não acontece nada. Desculpe-me pelo desabafo. Obrigado." **RESPOSTA, SECRETÁRIO ITAMAR VIANA:** "Meu nobre Vereador Pacola, na verdade, o seu desabafo, conforme foi dito, não afeta – já me pus à disposição, sempre vim aos gabinetes dos vereadores quando me chamam para qualquer assunto – porque, na verdade, a emenda impositiva é recurso do Vereador Pacola; para esta quadra não é perdido. Ela é atemporal. Veja aqui está o meu diretor de orçamento, que no caso este ano não foi executada por algum motivo, ela vai ficar no orçamento para ser executada no ano seguinte. Tem de ser executada em algum momento. Vou exemplificar com uma situação: você inicia uma obra numa UBS, como se fosse o caso aqui da Vila Amorim, que o Vereador Joaquim Rosa destinou uma emenda, estou fazendo uma analogia, e por algum motivo a empresa que está fazendo lá, por algum motivo, fecha. Não tem como executar este ano, mas o recurso vai continuar empenhado e direcionado naquela obra. Atemporalmente, ou seja, em qualquer momento, esse recurso é do vereador. Vou me por à disposição, Willian, vamos levantar todas as emendas do Vereador e eu vou reportar para ti. Aí tem uma situação que difere. Eu, Finanças, tenho o ofício de fazer a separação das receitas, metade vai para a Saúde e a Saúde, como a rubrica é sua você é quem vai determinar se vai utilizar para o custeio do PS, da Santa Casa, desculpa, se vai usar para a manutenção de uma Unidade Básica de Saúde e você tem o direito de acompanhar a execução desse recurso em qualquer momento. Eu fiz a pergunta, onde os vereadores vão utilizar, porque a gestão não é minha, cabe a vocês, de acordo com o discernimento, de acordo com a demanda vocês orientarem o recurso. Por isso que como não é uma ação do governo vir pegar esse recurso com vocês, cada secretário sim tem que fazer essa demanda, porque ele sabe onde dar uma evoluída para o ano que vem. Houve um ano, 2016 ou 2017 quando assumimos o orçamento, quatro milhões de reais para a compra de remédios. E a gente tem de fazer a execução da compra de remédios. Naquele ano todo o recurso foi utilizado para a compra de remédios e nos anos subsequentes também. A Saúde é mais do que obrigação, é necessidade. Houve algumas emendas sim, não estou aqui como governo respondendo que houve erro rubrica dela, por exemplo, direcionando para entidade. Não pode fazer esse direcionamento como para uma entidade, para uma associação, qualquer ela que seja. Se for, por exemplo, a Associação contra o câncer, não pode pessoalizar a emenda. Ocorreu sim, no começo do ano, estou comentando com o Willian, alguns erros da rubrica que vocês até fizeram uma sessão e fizeram a correção de algumas rubricas, a gente até agradece. Agora tem uma rubrica genérica, em que não vai ocorrer essa falha de utilização e o que aconteceu também nesse período é uma lei nova, que muitas vezes o Executivo e o próprio Legislativo estão com dificuldade na execução dessa operação. Mas ela é uma obrigação e é um recurso que, quero

deixar claro isso, independente da execução ele é uma obrigação orçamentária. A gente, tem de deixar, praticamente, esse recurso para o ano que vem para executar. Não é perdido." **PERGUNTA:** "Dentro do que o Vossa Excelência está dizendo, vou dar um exemplo, no ano de 2016, este Vereador a pedido do governo e a Vereadora Neusa, ela não está aqui agora, nós abrimos mãos de uma parte da emenda, juntos daríamos aproximadamente R$ 450 mil para que fosse concluído o Posto de Saúde do Jardim Revista. Inclusive, o prefeito chegou a anunciar que esta obra ficaria pronta em dezembro do ano passado. E não tem nada. Tem um cidadão que fica lá e você pergunta o que ele faz lá e ele não responde nada. Essa obra não anda. Essa emenda impositiva referente ao ano de 2016, que seria para terminar no ano passado a Unidade Básica de Saúde Revista, a gente não sabe se foi aplicado o dinheiro, se foi contratada a empresa. Por que a obra não anda? Sendo que nós abrimos mão de R$ 450 mil, justamente para ajudar um dos bairros onde somos mais cobrados. São essas coisas que nos deixam chateados. Vieram aqui e pediram, os vereadores se prontificaram em abrir mão para ajudar o governo, ajudar o munícipe e a gente não sabe aonde foi o dinheiro; a obra não anda; a gente não sabe se o dinheiro foi empenhado. Hoje, se o munícipe do Jardim Revista me perguntar, eu sei que abri mão da emenda, porque a gente não tem respaldo, ninguém chega para o Vereador e diz contratamos uma empresa lá e não deu certo por isso, pelo edital, pela licitação. Hoje você passa lá, não é exagero meu, tem um peão que fica lá. Ainda bem que tem um lá, porque senão estariam destruindo, que é o contrário do caso da UPA que acabou tudo. É isso que precisávamos nos ajeitar melhor. Qualquer secretário que chegar aqui e mostrar a real necessidade para qualquer Vereador ele não vai fazer questão da emenda, desde que ele esteja a par do que está sendo feita com a emenda que ele está cedendo para o secretário. Agora como eu vou passar a minha emenda para o secretário se ele, simplesmente, não dá satisfação do que está sendo comprado com a emenda?! Eu também não vou saber explicar para o meu munícipe onde está sendo aplicada a minha emenda. É mais ou menos isso. Volto a repetir, a Unidade Básica de Saúde do Jardim Revista está abandonada. Abrimos mão de quase R$ 450 mil, há quase dois anos, e a obra não anda." **RESPOSTA:** "Vereador, este é um caso que a gente acompanha, e tem recurso empenhado na obra. Na verdade, quero concordar contigo de que faltam ajustes de informação. O senhor traz uma informação e eu tenho outra e isso mostra o descompasso de informação. Depois da Audiência, acho bom nos reunirmos e alinhar essas informações. Ou seja, existe a informação, a empresa está fazendo o serviço, a obra, inclusive a UBS é uma das que está programada para fazer a sua inauguração. O recurso foi fundamental para poder dar aquele aparelho público no Jardim Revista. A UPA não ocorreu. A Unidade Básica de Saúde é uma necessidade do local. Tenho todas as informações. O secretário que vos fala é o de Finanças, aí você tem a Secretaria de Obras, várias Secretarias envolvidas em todo processo. Por isso que há um descompasso de informação. Acho que é um item que a gente deve melhorar até para a discussão da Casa. Você está abrindo uma linha de discussão, pela falta de informação. Eu concordo contigo,

mas vamos discutir isso após a audiência. Eu fico à disposição para ti." **COM A PALAVRA O VER. ROGÉRIO GOMES DO NASCIMENTO – PRP (ROGÉRIO DA VAN):** "Cumprimento o Presidente, o Secretário, sua equipe, imprensa, os vereadores, boa tarde a todos. Em relação ao desabafo do Vereador, a gente concorda com muitas coisas que ele fala. Realmente, há falta de informação, venho acompanhando, junto com a minha assessoria algumas emendas impositivas que destinei para algumas Secretarias no ano passado. Algumas coisas foram feitas, pude acompanhar, fui verificar foram feitas a guarda, muitas escolas. Mas percebi, Secretário, quando entramos em contato com algumas Secretarias faltam informações, eles não sabem onde está a emenda, o que está acontecendo, se está sendo executada ou não. Acho que precisaria ter um pouco mais de informações para os vereadores saberem. O Vereador Zaqueu Rangel não está presente no momento. O que aconteceu com ele? Ele destinou a sua emenda impositiva total de quatrocentos e poucos mil para o conserto do telhado da Santa Casa. A gente sabe que lá está o caos, chove dentro dos quartos, há alas lá que não dão para usar por causa da chuva. E ele comentou comigo que não sabe o que aconteceu, porque ainda não mexeram. Tive uma conversa com o pessoal lá e eles também não têm informação, não sabem o que aconteceu com a emenda que mandaram para o custeio do telhado. Estou bem adiantado com a minha assessoria, acho que a Domênica entrou em contato com o Willian para perguntar sobre algumas rubricas, e eu estou destinando mais R$ 100 mil para poder custear o trabalho do telhado da Santa Casa e para o PS e algumas Secretarias. O que eu proponho ao Presidente e aos Vereadores aqui é que o ano que vem a gente forme uma comissão, pra a gente acompanhar essas emendas impositivas que a gente destina para saber melhor o que acontece. E essas Secretarias que estão vindo ao nosso gabinete pedir ajuda para poder também nos informar como está o andamento das emendas impositivas. Eu acompanhei algumas minhas e sei que foram executadas, mas tem umas Secretarias que não foram executadas e não sabem informar qual é o andamento dessas emendas. Não falo da sua Secretaria, porque todas as vezes que precisamos, somos bem atendidos, mas em algumas Secretarias faltam informações para os Vereadores. Obrigado". **RESPOSTA:** "Vereador Rogério da Van, obrigado pelas palavras. Na verdade, tive essa questão de descompasso de informação, não estou fazendo uma proposta, que não é o caso, mas posso vir a fazer. Eu faço a prestação de contas aqui quadrimestralmente, em fevereiro, maio e agosto. Dependendo, quando a gente fechar a sessão do quadrimestral, se for o caso, Presidente, fazer uma discussão sobre o andamento delas, se bem que eu posso reportar para vocês a execução, mas movimenta a máquina inteira. Por exemplo, eu tenho uma emenda impositiva na Cultura, que a estou acompanhando par e passo para atender aquela demanda. Quando eu consigo acompanhar a execução, quem vai reportar para você sobre a execução dela eu ou o secretário de Cultura? Então, essa comissão de vereadores seria importantíssima e vou-me por à disposição do prefeito, do Executivo, sendo o responsável, pelo menos, para reportar a vocês e para cobrar das outras pastas. Como eu tenho a interlocução

entre todas as pastas, trazer as informações para a Casa de Leis. A gente ajustando as informações, esse ponto acredito que esse item "polêmico" nas nossas discussões futuras. Na verdade, vejo, até como o Willian comentou, que um dos momentos em que o Vereador é Vereador, pois tem uma receita na mão e consegue direcionar para a base dele. E se isso perde no caminho, ele perde a referência. Ele pensa, se este era o momento de eu ser vereador, e neste momento não tive o encaminhamento fica difícil. Eu entendo o lado político dessa situação. Vou fazer essa demanda com o prefeito, vou ser o interlocutor dessas emendas junto a Casa. Vocês fazem a comissão e pode fazer a cobrança, porque eu tenho a interlocução com todas as Secretarias e apresento para vocês. Já saio com uma lição de casa desta Audiência hoje." **PERGUNTA:** "Agradeço, Secretário. Com relação à Secretaria de Cultura, até o secretário Geraldo Garippo me procurou no mês passado, pedindo se eu poderia ajudá-lo, na época, destinei-lhe R$ 50 mil, para reforma do antigo CRAS, que fiz o pedido para ser um Centro Cultural. No caso o dinheiro foi para custear algumas demandas dele e no ano que vem é que começaria a reforma lá. Destinei também agora mais R$ 50 mil para custear a reforma do CRAS para em janeiro acontecer o Centro Cultural. Então, é um total de R$ 100 mil para o custeio de obras na Casa Branca, para ser o Centro Cultural no antigo CRAS. Realmente, essa emenda impositiva, como o Vereador Pacola falou que ele e a Vereadora Neusa destinaram para o bairro deles, eu fiz algumas para o meu bairro, eu vi que executaram algumas obras na escola e na Unidade Básica de Saúde. É o que eu falei, faltam informações. Acho que isso dá para alinhar com alguns secretários. Obrigado pelas informações." **RESPOSTA:** "Vereador, só complementando, para ver como é importante essa discussão, a dotação dessa emenda era apoio à Cultura, se não me falha a memória, é o que fala no texto. Apoio à Cultura, o nobre vereador é que fala se vai ser para o CRAS da Casa Branca ou auxílio das tendas, dos eventos, porque isso consome orçamento. É um apoio à Cultura que é feito. Com a sua anuência é que foi feito o ajuste. A gente não pegou o recurso e falou, não dá para ser utilizado aqui. O respeito ao orçamento tem de ser máximo. Não tem discussão. Eu não posso me apropriar, independente da situação, do recurso da destinação original, para fazer outra utilização. Só quero dizer como exemplo que a dotação permitia o apoio à Cultura. Ou seja, fica aberto. Com o seu direcionamento a gente conseguiu juntar as duas partes. Agradeço novamente." **Senhor Presidente:** "Quero só fazer um adendo nas falas dos Vereadores Pacola e Rogério da Van. Secretário, recebemos a cerca de um mês uma lista com todas as emendas impositivas, foi passada para todos os vereadores, mas o que a gente vê no relatório do governo para a presidência e distribuído para os Vereadores que eles não estão muito preocupados para onde foi, como foi, se foi executada. E, se foi executada, por que não chamou o vereador, que é o detentor da emenda, para saber que a obra foi feita? Deixo aqui a minha fala de que eu acho que vocês do governo têm de estar mais alinhados na questão das emendas impositivas. Vieram duas emendas deste Vereador com a rubrica errada. Só que nós fizemos isso o ano passado. E agora que vocês vêm falar que a rubrica está

errada? Então, está parada lá porque a rubrica está errada? Quem passou a rubrica errada foi o pessoal do governo. Alguns vereadores ficam chateados, porque além de não saberem onde suas emendas foram gastas, o próprio governo não sabe nos dizer por que não foi feita. Quando se faz essa pergunta, é uma coisa totalmente perdida lá dentro. Não sei quem cuida disso lá. Eu sei que temos pessoas capacitadas dentro da prefeitura, mas acho que não está tendo a atenção necessária de uma situação tão importante, como foi citada pelos Vereadores Pacola e Rogério da Van. Os Vereadores entendem a situação da população e manda a emenda de acordo com a necessidade. Todos aqui ajudamos a Santa Casa, ajudamos o Pronto Socorro, não sei se teve algum vereador que deixou de mandar emenda para lá. Foi usado para a reforma do telhado, mas não avisou? Acho que deveria ter um pouco de respeito com estes Vereadores, com esta Casa diante dessas emendas impositivas." **COM A PALAVRA O VER. EDIRLEI JUNIO REIS - PROFESSOR EDIRLEI(PSD):** "Antes de nada agradeço o público pela presença. Quero saudar o ilustre Presidente, pela direção dos trabalhos na tarde de hoje. Quero me reportar ao nobre secretário Itamar que nós nos sentimos honrados com a sua presença e sua assessoria. Quero cumprimentá-lo, Secretário, pelo trabalho desenvolvido na pasta, a gente sabe da dificuldade que é estar à frente de uma pasta e gerenciar uam série de diversidades, mas como sabemos a função de cada um de nós é justamente gerar uma sinergia para que em 2019 funcione de maneira melhor e adequada para o nosso município. Quero endossar a fala do presidente, muito bem pontuada em relação à incoerência que existe entre as emendas que são destinadas e as respostas dadas aos vereadores. Quero abrir um contraponto e dizer que algumas emendas, em particular, que foram destinadas por mim, foram sim atendidas, outras eu percebi uma falta "de responsabilidade". Porque me procuraram ontem, aos 45 minutos do segundo tempo, para pedir um pouco mais de informações sobre destinação de uma emenda que foi feita por este vereador. Eu me pergunto: teve o ano inteiro, estamos em novembro, e agora veio me perguntar, buscar mais informações sobre como deve ser feito o trabalho a que foi destinado? Aí entra naquilo que eu gostaria de trazer só uma reflexão: se não foi feito em 2018, como o nobre secretário falou, pode ser feito em 2019, só que por outro lado eu acho, na verdade, tenho certeza e absoluta convicção de que isso é danoso para o município. Ter R$ 100, 200, 300 mil estacionados, e uma população sendo prejudicada, com o dinheiro parado, porque não existe uma gestão, desculpe-me a expressão, que não está "competente" para aplicar o dinheiro para trazer benefícios para a população. Eu deixo R$ 100 mil de um, deixo R$ 100 mil de outro e R$ 100 mil de outro parados e a população precisando de uma quadra, precisando de uma reforma na escola. Então, acho que precisa ajustar isso e cobrar, Secretário, aquilo que não está funcionando. É como o senhor diz, vai acumular para o ano que vem. Legal, mas acho que não é interessante, porque a população precisa do serviço para hoje. Eu não posso ter Vereador Lisandro, cem reais para comprar uma cesta básica hoje e deixá-la para comprar o ano que vem, porque senão eu morro de fome. Precisa ser feito, o dinheiro está ali,

tem de ser aplicado. Só para a gente refletir sobre isso. Agora, só quero uma informação do senhor, quando foi feito o reajuste do IPTU aqui no município, eu e o Vereador Pacola solicitamos-lhe que fosse revista a perda do benefício da isenção do imposto predial para as pessoas carentes que se enquadravam no perfil de 150m^2 e que ganhavam até dois salários mínimos. Pergunto-lhe: qual atitude foi tomada em relação a essa situação? Este é o primeiro ponto, porque na época o senhor falou ao Vereador Pacola que iria tomar providências e, na verdade, viria até um projeto do Executivo para ser votado nesta Casa e até onde eu sei, não andou. Houve uma propositura da Mesa Diretora e foi retirada. Ficou um impasse e eu gostaria de ter um norte para falar para a população sobre esse direito perdido e eu gostaria que ele fosse mantido. Esta é a primeira pergunta. A segunda pergunta, Nobre Secretário, já consta na LOA, mas só para esclarecimento, vou usar a expressão endividamento, que também pode ser usada como investimento, daquilo que foi aprovado na Casa de Lei é referente à Arena Max Féffer, que estamos pagamos mês a mês, como está sendo tratado; também referente ao Rio Una como está sendo tratado o convênio firmado e qual é a perspectiva para os anos dentro da receita e orçamento do município, qual tem sido o impacto, os juros, qual a previsão para quitar a dívida, até mesmo em um prazo anterior? A preocupação é porque nós estamos pagando, está na receita, e teremos problemas futuros com relação ao Rio Uno e à Arena Max Férffer." **RESPOSTA:** "Antes, quero agradecer as presenças dos Vereadores Netinho(14h37) e Lisandro(15h). Na verdade você fez uma pergunta interessante. É um trabalho que tem de ser feito e só para se ter uma ideia temos de saber o que é direito e o que é benefício. Na verdade é um benefício. Direito é quando a pessoa faz uma vez e fica a de eterno. Então, se ela se aposentou, ela tem um direito. Se ela não se aposentou, ela tem um benefício. Esse benefício, o governo tem a qualquer momento, de acordo com a situação, ele pode ir ou vir. Se a gente tiver um problema financeiro muito grave, você tem de tomar algumas medidas e o benefício pode ser sacado e pode retornar a qualquer momento. Direito você não perde. É seu. Vou voltar no item do direito da questão da emenda impositiva, também concordo e vou usar as palavras do Presidente, houve um descompasso de informação. Esse descompasso de informação, vou-me por à disposição para fazer a interlocução com a Casa. É necessário fazer a interlocução. Essa emenda é um direito, a segunda é um benefício. Sendo um benefício, eram 150m^2, depois algumas houve algumas alterações do código que passaram para 100m^2. Você pega em algumas regiões de Mogi das Cruzes são 75m^2, Poá 90m^2, vários municípios não chegam a 150m^2, porque hoje o padrão construtivo 150m^2 não é mais considerado casa popular. Mas é uma discussão no momento oportuno. Nós não suprimos nenhum benefício da anterioridade. Todos que estavam naquela linha do benefício, mantiveram. É uma discussão importante, por quê? Porque já está detectado e temos algumas informações, que estou levantando, e no momento adequado vou fazer essa verificação também, que tem imóveis que têm o benefício da isenção que não tem 150 m^2, tem 220m^2, 230m^2, 280m^2. E essa pessoa que até então teve o benefício, o que eu vou fazer com esse benefício?

Na verdade, ela vai perder o benefício que na verdade não tem mais, porque a casa é superior à medida que tem. Por quê, Vereador? Se eu já tenho dois milhões que atende esse grupo de pessoas, eu vou continuar tendo dois milhões de pessoas para atender àqueles que realmente estão amparados pela lei. Então, não estou tirando o benefício de um, na verdade, vai ser deslocado o benefício para aquele que realmente tem o direito. Então, hoje, com algumas ferramentas que temos, a gente consegue detectar se aquela casa tem a metragem para ter aquele benefício. A intenção é fazer o recadastramento das pessoas fazer a verificação no ano anterior para nem lançar o IPTU, para aqueles que têm direito ao benefício, no ano seguinte. Qual é a mecânica? Eu lanço o IPTU para depois cancelá-lo. Uma vez que a pessoa tem o benefício, nem vai ser lançado o IPTU no ano subsequente. É como se eu fizesse o cadastro este ano, e no ano seguinte você não tem a geração do carnê, do envio, já passa para uma economia de operação. É um item que tem de ser revisto, ser discutido. Hoje, na minha receita não tenho casos destoantes. Solicito para as pessoas entrarem com processo. Algumas pessoas que receberam o IPTU, a Procuradoria da Receita retroagiu o benefício para aquelas pessoas, porque se elas nunca receberam o benefício e passaram a receber, ela também passa a receber o benefício daquele ali. Tiveram vários casos como o Paulista I, Paulista II, Topázio, Esmeralda que receberam o benefício. Não foi só uma linha. Ela foi atenuada para atender as demandas. É um item que tem de ser discutido para deixar claro se vão ser 100m^2, 120m^2, qual vai ser o padrão construtivo indicado por outros órgãos? – não necessariamente por este secretário que aqui fala – Qual o conceito? Até então, nós tínhamos um, que pode ser revisto e discutido a qualquer tempo, porém não estamos suprindo aqueles que já vinham usufruindo do benefício. Pagamento da Marginal do Una, agradeço a pergunta. Quando nós iniciamos o trabalho aqui, eu tinha lançado R$ 174 milhões de dívida. E até no projeto de lei aqui que passamos ocorreu uma redução de dívida fundamentada significativa para R$ 108 milhões. Ou seja, pegamos com dívida de R$ 174 milhões, arrumamos a casa, viramos um ano com superávit orçamentário, pagamos as dívidas, e hoje Suzano está entre as 30 melhores gestões financeiras do país. Nós temos o item AA no Banco do Brasil, no BNDS, em todos os órgãos que fazem avaliação de crédito na Secretaria do Tesouro Nacional. Hoje, as instituições financeiras vêm oferecer crédito para gente, porém o crédito tem de ser utilizado com sabedoria e na necessidade correta. Você comentou a Marginal do Una e Arena, elas estão totalmente contempladas. Hoje nosso índice de endividamento é de R$ 120 milhões para você ter ideia. Mas se eu pego o índice pela RCL 1.2 X a capacidade de endividamento nós temos um espaço muito grande de endividar. Porém se você se endividar vai ter o comprometimento futuro com a receita. E a gente tem demandas que têm de ser feitas agora. Fazendo essa leitura, nós pegamos com R$ 174 milhões, hoje estamos com R$ 108 milhões de dívida. Acho que foi o primeiro governo de Suzano que reduziu a dívida do município. Eu até poderia afirmar isso. Meu orçamento está aqui, a gente poderia trazê-lo como histórico. Foi um dos primeiros que fez a virada com superávit financeiro,

ou seja, executou o orçamento e viramos o ano e a previsão deste ano é também ter um pequeno superávit financeiro. E na minha primeira Audiência Pública você encontra dívida, despesa com empréstimos. Não é ruim, desde que você tenha um crescimento. É ruim eu pegar dinheiro para pagar dívida. Mas pegar dinheiro para fazer a cidade crescer, esse recurso, quando bem trabalhado, quando bem pensado, é salutar para a cidade. Eu diria hoje que, com todos os números que me sustentam, a cidade de Suzano é uma das poucas cidades do país que tem capacidade de endividamento, perante a Secretaria do Tesouro Nacional." **PERGUNTA**: "Secretário, quero cumprimentá-lo pela explanação, mas quero só me ater e intensificar a minha pergunta, não sei se fui claro, mas a primeira pergunta foi que havia um compromisso da parte do nobre secretário de justamente restabelecer os 150 m^2 por meio do projeto do Executivo Municipal ou por meio do Legislativo, como foi apresentado, e nós estamos terminando o ano e nada foi feito. Gostaria de pedir ao nobre secretário uma posição sobre isso, que na verdade o senhor explicou pontos positivos e negativos, mas o questionamento é que pessoas estão sendo cobradas, estão sendo prejudicadas e a gente precisa, dentro daquilo que é verdadeiro e falso, manter e não prejudicar as pessoas. Passou um ano e nada foi feito." **Com a palavra o Ver. Rogério Gomes do Nascimento – PRP (Rogério da Van):** "Quero pegar um gancho da pergunta do Vereador Edirlei. Com relação ao tamanho do imóvel que é cobrado o IPTU. Eu entrei, na época, com um projeto e o secretário pediu-me para retirá-lo, porque vocês modificariam algumas coisas e voltariam para nós, não sei se era neste ano ou no próximo ano. Não era isso? Já tem um prazo para mandá-lo de volta para cá, em relação ao projeto que o Vereador Edirlei está perguntando, não é esse Vereador?" **Com a palavra, Ver. Edirlei Junio Reis - Professor Edirlei(PSD):** "Na verdade, Vereador, a minha preocupação é que já passou um ano e nada foi feito. Como eu disse aqui, as decisões e as atitudes têm de ser tomadas de pronto. Nós não podemos ficar protelando, porque estamos prejudicando a população. E nós, como Vereadores, que defendemos a população, temos de nos ater a isso." **RESPOSTA, Ver. Rogério da Van:** "Entendi a sua preocupação. Na época quando entrei com esse pedido tive algumas pessoas me procurando no gabinete. Muitas delas tinham pessoas com deficiência física em casa, parentes acamados, pessoas aposentadas que elas tinham de custear remédios e não tinham como pagar. Aprovamos o projeto do IPTU, diminuímos o tamanho, e as pessoas perderam o benefício. Por isso, entrei novamente com o pedido para que voltassem ou aumentassem o tamanho para as pessoas se isentarem. Mas especificamos bem quais pessoas para se isentarem. Sabemos que o brasileiro é muitas vezes oportunista, se aprovarmos uma lei e deixarmos vai haver muitas pessoas se isentando aí. Tem de deixar especificado quais pessoas devem ter o benefício, as que têm motivos de saúde, os aposentado que já contribuíram muito para o município, hoje não tem mais como continuar contribuindo. Obrigado pelo aparte." **RESPOSTA, SEC. ITAMAR:** "Vereador Rogério, é interessante a discussão não me furto dela, pelo que tenho informações da Receita, e posso levantar isso, a gente não teve indeferimento ou perda de

benefícios para os munícipes, eu não tenho quantos casos aconteceram, quantos deferimentos ocorreram, só para deixar claro. Quero falar com o Vereador Edirlei, olha que interessante a questão do tempo. Concordo contigo com a agilidade para tomarmos decisões, porém o que o Vereador Rogério apontou é de extrema importância. Por exemplo, tem uma situação em que eu assumi o IPTU da pessoa, não estou fazendo política aqui não, por exemplo, você pega o Topázio II, alguns beneficiários ganharam a casa do Minha Casa Minha Vida, porque tinham portadores de necessidades especiais na família. Ou seja, quem ganhou foi um empreendimento específico para quem tinha essa necessidade. O imóvel estava no nome do filho, da criança, do portador de necessidades especiais. E o que diz a lei? Diz que é o proprietário que tem de ser o beneficiário. Ele não cumpria as outras obrigações. Tanto que eu pedi para a procuradoria da Receita equalizar isso, porque a pessoa tem o benefício de ter o imóvel, e por ter o imóvel ela não vai conseguir dar uma sequência do benefício. Eu assumi, falei com o prefeito e ele disse: "Itamar, resolve essa situação!" Nós resolvemos a situação, fizemos o pagamento, porque não tinha como atender essa demanda e eu não queria fazer o indeferimento para essa pessoa. Pela lei, seja ela 150m^2, 200m^2 ela teria que ser indeferida. Cabe até um ajuste na própria lei. Isso foi verificado agora. Fizemos uma reunião com os Vereadores Pacola, Edirlei e o Maizena e conversamos no corredor sobre este assunto. Mas cabe a discussão com mais informações. Reforçando, Vereador, tenho uma função executiva, não percebi, sou eu que assino os deferimentos e não me lembro de ter indeferido "n" casos. É importante refletir com as suas palavras, o que o município precisa. Quando a gente faz um pente fino de quem precisa do benefício seja usado coerente, os mesmos "X" milhões que são utilizados para essa finalidade, atenda aquele que cumpre a lei. Simples assim!" **COM A PALAVRA O VER. MARCOS ANTONIO DOS SANTOS - MAIZENA DUNGA VANS(PTB):** "Boa tarde, Secretário, Presidente, imprensa. Secretário, a discussão hoje está boa. E o meu problema é o mesmo motivo. E também é dos vereadores que não estão presentes. É referente às emendas, acho que a administração está brincando com a nossa cara. Por quê? Porque não dão satisfação de onde elas são executadas. Podemos até fazer uma reunião depois. Vou ser bem sincero, Vereadores, acho que temos de montar uma comissão e fiscalizar isso. No meio do ano, Presidente, o vice-prefeito me pediu a emenda impositiva: 'Maizena, será que você poderia mudar a sua emenda impositiva de R$ 175 mil, mudar a rubrica para reformar o Posto Nakamura?' Falei, você não está entendendo, é para a Saúde. Academia é Saúde, mas vamos lá, mudamos a rubrica. Foi executado o serviço até agora?(silêncio) Está vendo aquela nuvem branca que ninguém me respondeu? Por quê? Porque a gente determina para um lugar e não é respondido. Então, acho que dezenove Vereadores estão fazendo papel de bobo. Não digo que é senhor, porque o senhor está prestando conta. Isso para mim é falta de gestão. Não digo que seja da Secretaria de Finanças, porque o senhor determina o dinheiro para obras, determina para a Saúde. Isso é falta de compromisso com a população e estes vereadores ficam a ver navios, porque não nos dão satisfação. Pacola, mandou;

Neusa mandou; Edirlei mandou; eu mandei, e aí? Então, essa emenda impositiva é como o Ver. Pacola e o Presidente falaram é balela. Tenho certeza de que a gente não precisa ir ao prédio aí ao lado e pegar informação, porque temos a informação de outras conversas, porque não tem responsabilidade com a gente Vereadores. Falta de informação, não é isso, Secretário? Do mesmo jeito que temos obrigação com as emendas, do mesmo jeito que a secretária vem pedir, a obrigatoriedade tem de ser executadas no mesmo ano, não tem que jogar para o outro ano. Ah, não pus a academia ao ar livre este ano, por quê? Porque não está tendo administração boa. Porque o dinheiro a gente se programa desde o começo do ano para jogar para o ano que vem. Essa programação já está feita, não é isso Presidente? O dinheiro está na LOA, que tem de ser gasto. O que a gente tem de fiscalizar, pois temos observado, que algumas demandas que estão sendo executadas com reformas que estamos vendo passarem algumas tintinhas ali: uma tinta branca, uma tinta azul. Espera aí, será que R$ 100 mil é para fazer isso aí?! Não é possível! Então, Vereadores, temos de montar uma comissão e começar a fiscalizar, porque além de tirarem um barato da nossa cara, a população precisa. É igual quando um deputado direciona uma emenda para o município. De que maneira ele vai usufruir? Ele quer a benfeitoria bem feita. O deputado André do Prado mandou uma emenda para o Bairro Miguel Badra e foi bem feita. Só que eu vou fiscalizar quanto foi gasto ali, porque é um dinheiro público. Foi bem feito? Foi bem feito. Só que eu vou fiscalizar. Porque hoje, infelizmente, a gente acompanha muitas situações em que a nota é tinta Suvinil só que no final é cal. Estou indo pra cima, Vereador. Não sei se todos têm a mesma postura, mas eu tenho a minha. Porque nós estamos sendo enrolados. Meu pensamento é este. Outra coisa, Secretário, o quero falar com o senhor é sobre a CIP, iluminação, uma previsão de R$ 11 milhões para o ano que vem. No caso, é o acumulado ou é a previsão do que vai entrar? Se o senhor puder me responder. Outra coisa, Vereador Edirlei, a gente aprovou o IPTU com o limitador de 27% e, infelizmente, a gente tirou um benefício da população. Isso é muito chato! Então, são aqueles projetos votados em regime de urgência, que a gente é acostumado aprovar e a gente não acompanha. A gente quer fazer a benfeitoria para o município e para o munícipe e a gente acaba sendo incoerente. Não sei, Secretário, se o senhor pode corrigir isso (até cento e cinquenta metros) pra gente dar uma resposta para o pessoal aposentado. Do mesmo jeito que fomos coniventes com o aumento de 27%, também queremos ser coniventes com o benefício que nós tiramos do munícipe. É como o senhor falou, não é direito, é benefício. Vamos ver se a gente consegue voltar o benefício, Secretário. Um questionamento que estava fazendo aqui, Administração Pública, previsão para Secretaria de Administração R$ 38 milhões. Gostaria de saber qual é a necessidade de mandar esse valor para essa Secretaria e como é usado? E a respeito dos R$ 9 milhões que liberamos para comprar as máquinas que o Desenvolve SP liberou, já tem no orçamento, já foi licitado ou é só para o ano que vem?" **RESPOSTA:** "Boa tarde, Maizena. Vou ser breve e objetivo nas respostas. A questão das emendas impositivas, o secretário que vos fala não é contra a nenhum ponto de

vista de vocês, pelo contrário, o descompasso das informações causou essa discussão. Tenho que reverter isso de outra forma. Cabe a mim, representando o Executivo, tomar as devidas ações para isso não ocorrer. Quanto às palavras dos vereadores nesse sentido, não vou abrir nenhuma objeção a isso. Sobre a CIP esses 11% é previsão. A CIP não teve alteração do valor, manteve o mesmo valor 3% seja pessoa física, jurídica, independente de consumo, independente de sistemas. Esses 11,5% é previsão de entrada, receita, onde temos R$ 5.3 milhões de recursos na CIP. Vale lembrar que utilizando a questão da CIP, o Executivo Municipal colocou 2 mil lâmpadas LED na cidade. Estamos chegando a quase 7 mil. Fiz uma previsão com vocês aqui no início do governo, dizendo que primeiro a gente iria olhar para o buraco. Depois que tapássemos o buraco a gente iria olhar para cima, para a iluminação. Não sei se vocês se lembram disso. E hoje a iluminação não está perfeita, mas está saneada com as empresas contratadas, com as equipes na rua diuturnamente, em dias de chuva, então o Executivo Municipal hoje está fazendo a sua obrigação. Estamos atendendo a população da melhor maneira possível, dentro do possível, e mantendo o recurso em caixa. Esse recurso, como teve a contratação da empresa lá atrás, ficou contingenciado, acabou não sendo utilizado. Mas hoje a questão da iluminação nós temos números satisfatórios. Queimou a lâmpada, vai ter a manutenção, vai ser um procedimento natural. O fato de a gente não ter nem o que falar antes era complicado. Salvo engano, o Badra recentemente teve 70 pontos de iluminação. Iluminação é segurança; iluminação é qualidade de vida. A CIP tem a variação da questão bandeira: bandeira vermelha, bandeira verde. Quando o governo federal determina isso, modifica o meu valor da CIP, porque a sua conta sobe e desce. Se é 3%, quando sobe vem um pouco mais, e o município pagará mais pela iluminação pública. Veio mais, mas eu gasto mais. Nós temos um acumulado, ou seja, hoje nós temos como investir melhor na questão da iluminação, que era o segundo item, depois do buraco, que população solicitava. Nosso primeiro item eram os buracos e depois vinha a iluminação. Nove milhões da STN; R$ 3.785 milhões Desenvolve SP e cinco milhões da Caixa. Só vou por os dois itens. Um, está na STN – Secretaria do Tesouro Nacional o R$ 3.8 milhões. Vou voltar a uma situação, acabamos recentemente o processo eleitoral, questão de uma quinzena, nenhum recurso pode ser liberado em período eleitoral. Então, a Caixa, a STN, o Desenvolve SP seguraram esses recursos para poder fazer. Está andando, está fazendo o edital da compra dos equipamentos. Nós não temos nada de equipamento hoje na cidade, para ter algum equipamento é um salto muito grande. Os R$ 3.8 milhões vai haver um edital para a compra desse equipamento. Quando os outros R$ 5 milhões que estão entre a Caixa e STN que está na esfera federal, esse recurso sendo liberado virá para a compra dos equipamentos. Isso está fora. Olha só que interessante a questão de orçamento, isso vai cair no orçamento do ano que vem. A previsão do orçamento da entrada de recurso de capital é para o ano que vem. É possível até o final ano entrar esse recurso, porém você não tem tempo hábil. O ano contábil fecha dia 23 de novembro. Eu tenho pouco tempo. Uma previsão, pé no chão, que entre fevereiro e março do ano que vem, a gente

vai estar com esse equipamento na rua. Eu sou um defensor do equipamento. Agradeço os vereadores que na época aprovaram esse empréstimo. E é um empréstimo saudável, porque eu vou ter economia, vou ter um grupo máquinas lá no Badra, lá em cima no SESC, vou ter equipamento lá em Palmeiras, vou ter equipamentos na área central. A gente tirou leite de pedras. Teve chuvas e mais chuvas e você não teve casos como antes, que garoava e inundava os lugares. A questão de limpeza de bueiros foi feita com poucos recursos. Enquanto tivermos equipamentos vamos dar um salto em qualidade no atendimento para o munícipe. A questão dos R$ 38 milhões, na administração, vou passar para o Willian respondê-la". **RESPOSTA SR. WILLIAN NAKAMURA:** "Com relação ao orçamento da Secretaria de Administração, vou citar os maiores exemplos que seriam todas as contas de água, energia e telefonia da Prefeitura, com exceção aos prédios da Saúde e da Educação são pagos pela Administração. Só aí eu creio que fica em torno de R$ 4 milhões. Eu não saberei precisar todos os valores aqui. Auxílio alimentação, cestas básicas e vale transporte de todos os funcionários, exceto a Saúde e Educação, são pagos pela Secretaria de Administração. Por aí eu estimo por volta de R$ 8 a 9 milhões. Além disso, temos sistemas de informação, despesas com inativos e pensionistas, aposentados, despesas com folha de pagamentos e estagiários. Esta é a maior parte do orçamento da administração. Tem a reforma de próprios públicos, manutenção e equipamentos, mas a grande parte é isso aqui. Mais tarde, se preferir, eu posso disponibilizar alguma planilha que possa detalhar." **PERGUNTA:** "Reformas não é com a Secretaria da Obras, agora é com a Administração?" **RESPOSTA, SR. ITAMAR:** "Na própria manutenção dos próprios públicos não é a Secretaria de obras. Você vai fazer uma troca, uma reforma no banheiro, vai mexer em alguma manutenção dos próprios, para isso é usado o recurso." **COM A PALAVRA O VER. ANDRÉ MARCOS DE ABREU - PACOLA(DEM),** baseado na pergunta do Vereador Maizena sobre a CIP, questiona o secretário: "De acordo com os valores apresentados, quanto gasta o município mensalmente com energia e quanto sobra para a compra de lâmpadas e braços de luminárias? O senhor tem um cálculo rápido?" **RESPOSTA:** "Você tem em torna de R$ 650 a R$ 750 mil para a iluminação, ou seja, uma lâmpada na rua não é de graça é pago por isso. Você tem pagamento da empresa que faz a manutenção, que está dentro desse recurso. Não tenho o valor exato do recurso, mas você paga R$ 7,00 por poste, um custo para mantê-lo, o que foi interessante para o município. Fazendo uma conta rápida, você tem por volta de R$ 900 mil só de custo fixo. Vou ter em torno de R$ 200 mil/mês para retornar para compra de lâmpadas, compra de reatores, compra do braço, compra do restante. Eu me lembro de que falei aqui que ocorreu essa questão da não contratação da empresa, o que acabou gerando caixa, que foi um transtorno, mas eu tenho um caixa. Se não tivesse feito isso lá trás, hoje a gente não teria muito para fazer investimento, para fazer esse atendimento. Hoje a gente tem agilidade para atender a questão de braços, a questão de reatores, a compra de lâmpadas. Entendam vocês que eu não fico feliz em aumentar, aumentar. A boa gestão traz o resultado. No início do governo, eu imaginava que a CIP seria um

item que deveríamos fazer uma modificação, está registrado aí nas minhas falas, hoje com uma boa gestão dá para encaixar no posto dentro das atuações. E a CIP, quando se fala na expansão é expansão da iluminação pública. Você não está falando da expansão da rede elétrica, aí é concessionária, é EDP, aí tem um descompasso entre a interpretação. Ah, em tal lugar não tem poste, não tem energia elétrica. Uma vez tendo energia eu, governo, faço questão da iluminação. Hoje a gente tem deslocamento desse recurso, vai estar na prestação de contas de janeiro. No fechamento do ano vai aparecer o recurso." – (Chegada do Ver. Antonio Rafael Morgado - Professor Toninho Morgado 15h20) – **COM A PALAVRA O VER. JAIME SIUNTE(PTB):** "Boa tarde, Presidente, Secretário, Vereadores, imprensa. Quero saber se todos esses equívocos em relação às emendas impositivas já foram sanados? Daqui para frente vai ter uma pessoa organizada, responsável para que não haja mais erro pra gente poder realmente ter esses benefícios no ano seguinte? Porque o Pacola e o Maizena devem ter um saldo grande, conforme o Secretário falou, vocês estão tranquilos, eu sou a primeira vez. Estou preocupado." **RESPOSTA:** "Vereador, são dois movimentos importantes para serem feitos. Eu vou falar com o prefeito para eu tomar a frente, porque como eu tenho interlocução com todos os secretários eu tenho como cobrar a informação. Muita parte da informação está comigo, a questão de orçamento, a execução, a licitação e cobrar ação das Secretarias. Vou me por à disposição como uma ferramenta nesse meio. Acredito que seja importante, do outro lado, ter a comissão dos vereadores. Isso ajuda. Caso seja eu, vou de gabinete em gabinete reportando, mas dependendo eu reporto para a comissão e esta reporta na Casa. Acho que a gente economiza alguns trabalhos. Podemos fazer até a comissão de visita. O que você comentou, Vereador, é de extrema importância, não estou divergindo em nada. Convirjo com a execução, visualizar isso, vou voltar na fala, é o momento em que o Vereador é Vereador. Vou encaminhar isso com vocês do seguinte modo: vou me por à disposição hoje dentro do governo e o passo sequencial seria a comissão dos vereadores, porque senão eu estarei me reportando para 19 vereadores. Reporto-me para três, quatro Vereadores da comissão, estes reportam para o grupo. Se tiver de fazer uma reunião com todos, não vejo dificuldade nenhuma, tenho interlocução com a Casa." **COM A PALAVRA O PRESIDENTE LEANDRO ALVES DE FARIA – PR (LEANDRINHO):** "Quero ressaltar na minha fala, Secretário, acho que está faltando um pouco de união entre os secretários. Porque as emendas são totalmente diferentes, tem um que manda para o Esporte, outro para Obras, outro manda para Educação. Acho que a responsabilidade de cada emenda, lógico o senhor é da pasta de Finanças e Orçamento, porém acho que deveria ser de responsabilidade do gestor da pasta, no caso, o secretário informar os Vereadores se foi executada, dar previsão de execução. E, se executada, avisá-los. Acho que é por isso que a gente fica insatisfeito. A minha insatisfação com emenda impositiva é justamente essa. O Professor Edirlei falou que algumas emendas dele foram executadas. Agora não sei se o senhor recebeu a informação de que foi executada ou se o chamaram para ir ver a obra para qual o senhor destinou a emenda impositiva.

Essa é a insatisfação deste vereador. Penso que deve haver um pouco mais de zelo com os vereadores e dar esse respaldo. Como foi dito aqui, além de o Vereador legislar, a emenda impositiva para ele é muito importante. Estamos nas ruas, sabemos das dificuldades, não que secretários e governo como um todo não saibam das dificuldades de Suzano. O governo, a meu ver, está conduzindo Suzano com muito louvor, muito pulso e zelo de gestor, mas algumas coisas têm de ser apontadas, não como críticas, mas para tentar afinar as emendas impositivas de todos os Vereadores." **COM A PALAVRA O JOSÉ ALVES PINHEIRO NETO – PDT (NETINHO DO SINDICATO):** "Boa tarde a todos! Boa tarde a imprensa, Presidente, Vereadores e a todos os presentes! Gostaria de agradecer a presença do nobre secretário Itamar. Em relação às emendas impositivas, Secretário, quero cumprimentá-lo pela nobre atitude de chamar a responsabilidade para o senhor. Para mim, isso não é surpresa, convivi com você sei de sua postura. O problema é a responsabilidade para onde vão esses pedidos. Se cada secretário que recebeu a emenda impositiva desse uma satisfação para o vereador, aliviaria este tipo de problema. Porque quando é negado esse tipo de trabalho, a população sofre muito com isso. Os vereadores e os assessores são quem estão nos bairros. Os assessores são os primeiros a atenderem a população. Muitas vezes a população nem liga pra o SAMU, liga primeiro para o assessor. A população sente falta desse pedido. O pedido das emendas é importante mais para a população que espera a benfeitoria no local. Eu ia até sugerir que fosse de sua responsabilidade. É claro que concordamos com algumas coisas e discordamos de outras, faz parte da democracia. Parabéns por chamar a responsabilidade para o senhor! Para mim, isso não era esperado." **RESPOSTA:** "Vereador Netinho. Obrigado, a gente compartilhou nas Secretarias. Obrigado pelas palavras. Na verdade, é um item novo. Aquela Secretaria que é a responsável ela é quem deveria reportar, tecnicamente ela deveria reportar à Secretaria de Governo e esta responder para a Casa de Leis. Este seria o mecanismo ideal que deve ser feito. Ficou um vácuo de informação. Se é um problema, não tenho dificuldade em falar com os secretários e também não vejo dificuldade de comunicação com todos os vereadores. Por isso me pus à disposição para ser essa ponte. Este assunto hoje tomou um tempo interessante, porém importante da discussão da LOA, porque essa discussão vai evitar muitos contratempos no ano que vem e nos anos vindouros. Estamos ganhando com essa discussão. Não estou entendendo como crítica, como oposição. Não vejo ninguém de oposição aqui, vejo como uma solicitação de como a gente pode conseguir trabalhar melhor, em conjunto. A questão de posição e oposição vai ficar para outra discussão. Essa é um direito e vamos ver qual é a melhor forma de executar esse direito. Agradeço as suas palavras." **COM A PALAVRA O VER. LISANDRO LUIS FREDERICO – PSD (LISANDRO DA ONG PAS),** que fala a respeito das emendas impositivas, que já deveriam ter sido executadas este ano, visto que elas são de 2017: "Os Vereadores Pacola, Maizena e Edirlei fizeram emendas em 2017, que estavam na responsabilidade a execução da sua gestão. Naquele período algumas emendas não foram cumpridas. Veja, a gente não está falando do repasse deste

ano para o ano que vem, estamos falando de emendas de 2017 que não foram cumpridas e estão completando um ano. Já pedi um parecer jurídico para a Câmara e já apontou a irregularidade, inclusive, há a possibilidade de o prefeito ser compreendido por improbidade administrativa pelo não cumprimento dessas emendas. Infelizmente, a Câmara não tomou nenhuma providência relativa a isso, então, quando a gente trata em vias de justiça não é harmônico, eu me prevaleço sempre do diálogo, então me resta agora estender o pedido e saber se você pode fazer um compromisso com a gente dessas emendas. Desse um prazo pra a gente voltar a conversar, principalmente sobre essas de 2017, porque as de 2018, as minhas, pelo menos, estão sendo cumpridas, se tem como o senhor se comprometer com isso para gente tentar reverter essa situação e de fato cumprir o que foi decidido pela Câmara em 2016?" **O Senhor Presidente:** "Antes de sua resposta, Secretário, vou só fazer um adendo do questionamento do Vereador Lisandro. A Câmara Municipal de Suzano tomou providências, Vereador, como você disse agora que mandou o jurídico analisou e foi oficializada a Prefeitura sobre a irregularidade, e o que o senhor está falando em entrar na justiça contra a Prefeitura, como o senhor está levantando essa situação, também cabe ao senhor, se for de sua vontade, entrar sozinho. O senhor não precisa entrar pela Câmara Municipal. O senhor tem todos os méritos e poderes para entrar sozinho contra a Prefeitura. Deixemos claro não que a Prefeitura não tomou providência. A gente notificou a Prefeitura sobre a irregularidade, eles estão cientes que tem a irregularidade e foi informado ao senhor que foi feito por este presidente e por este jurídico da Casa." **O VEREADOR LISANDRO FREDERICO:** "Não vale a pena entrar sozinho. Encaminho agora até pelo departamento jurídico para tomar providências na Justiça. O departamento jurídico está aí para fazer essa defesa. Eu entendo, Presidente**." O SENHOR PRESIDENTE:** "O senhor foi informado." **VER. LISANDRO FREDERICO:** "Eu não vou cobrar isso do senhor. Sei que é uma questão partidária. Voltando a questão em que estávamos falando, se o senhor tiver como se comprometer nas soluções das emendas impositivas especialmente as de 2017, pois já passou mais de um ano. Para evitar todo esse transtorno, que o Presidente propôs, acho que vale a pena o diálogo e tentar resolver de maneira mais harmônica. Tenho outra pergunta, mas a faço em outro momento." **RESPOSTA SEC. ITAMAR:** "Vereador Lisandro, não vou entrar na discussão jurídica e técnica, mas os dois lados têm seus critérios. Vou me remeter na outra fala, se esse processo jurídico andar, daqui a cinco anos ele vai dar para um lado ou para o outro. Quem perdeu? Foi a emenda que não foi executada, que é a mais importante. O direito é pleno a qualquer momento, foram essas as palavras do Presidente, e o seu bom senso também é pleno em querer executar o que já passou. Eu defendo a tese que é atemporal. Deve ser feita a qualquer tempo, mesmo não sendo executada no ano corrente. Então, vamos fazer um fórum, eu me comprometo a estudar cada um desses itens. Visualizando o orçamento, que já faço isso duas a três vezes por dia, com o Willian, pois é preciso pensar para agir, para atender a demanda. Uma vez apontada numa emenda impositiva é porque havia a necessidade. Aquela

necessidade já foi suprida, sim ou não? Se sim, vamos passar a discussão para outro item. Se não, vamos atender aquela demanda. Pode ter acontecido de alguns casos já terem sido supridos de outra forma, e outro ainda estar em aberto. Por quê? Porque isso você anula um processo qualquer que seja. A gente entra na salinha do bom senso que é a execução, que eu vejo com mais importância. Encaminharia para esta situação." **PERGUNTA:** "Até a semana que vem o senhor consegue sentar-se com a gente ou até o final do mês para tratar dessas emendas?" **RESPOSTA:** "Sim. Até aproveitando a sua fala, tem a minha equipe de orçamento, o Willian, a Mônica, o Ademir que, inclusive, que têm o comprometimento de auxiliá-los agora, a execução do orçamento está com vocês. Se eu detectar alguma falha lá no Executivo, como pode acontecer, eu tenho que submeter a vocês. Hoje é a Casa de Leis que está com o orçamento, porém, ao mesmo tempo, a gente tem de dar todo suporte necessário para que a gente consiga fazer essa discussão da melhor forma possível. Já me comprometo contigo sem nenhum problema para o que pode ser encaminhado, o que não pode ser encaminhado. Acredito que este é o caminho." **PERGUNTA:** "Antes de fazer a terceira pergunta, vou fazer mais uma que é sobre o mérito das emendas impositivas, tivemos secretários que nos procuraram para utilizá-las em serviços básicos. Entendo que a emenda impositiva saiu da reserva de contingência, justamente porque a Prefeitura tem um orçamento básico, preparado para suprir as necessidades básicas. Vou falar em defesa da minha bandeira que é a Causa Animal, mas a responsabilidade é da Prefeitura realizar campanha de castração e aplicação de microchips em animais. Isso só acontece hoje em Suzano, porque eu fiz uma emenda para isso, porém é um serviço básico. Eu não gostaria de destinar a minha emenda impositiva, mais uma vez, para fazer o que é essencial. Ainda não obtive uma posição da administração até agora, não sei se o senhor pode me responder, se existe dinheiro previsto para a execução desse tipo de trabalho, uma vez que já está previsto em lei, já existe uma TAC(Termo de Ajustamento de Conduta) sendo proposta pelo Ministério Público de Suzano para esse tipo de serviço; se já tem essa previsão para que eu possa direcionar a emenda para algo mais relevante no município e não para o serviço básico?" **RESPOSTA:** "Vereador Lisandro, em qualquer situação, sempre a despesa é maior do que a receita. Seja na casa, seja na empresa, seja no município, porque a gente depende de receitas correntes, receita de capital ou empréstimo. Quando você trabalha num governo que dá mais atenção à população como quando abre a piscina para 4 mil crianças, abre a PELC (Programa de Esporte e Lazer da Cidade) com mais 3 mil, inaugura uma UBS, inaugura uma creche, faz essas inaugurações, por trás disso existe o custeio. Você vai aumentando o custeio e ele não acompanha a minha receita. Ele não acompanha, por isso a gente faz o orçamento para encaixar os dois. Eu tenho obrigação de entregar as contas em dia: nem mais nem menos, zero. Porém o recurso das emendas impositivas é apartado disso. O que é apartado? Está fora da discussão. Ou seja, nós governo temos que, literalmente, fechar as contas com R$ 8 milhões a menos. Só para entender o raciocínio. Só que esses R$ 8 milhões são fundamentais para manter a

administração pública. Fundamentais. Então, você vai fazer tudo aquilo até o limite, porque seu ponho que vamos arrecadar mais, e o orçamento empenha e gasta, como vou resolver isso depois? Então, esse recurso é fundamental. Por isso que você vai ter um secretário de Educação, solicitando para construção de escolas. Por isso, que o secretário de Saúde vai pedir para alguma Unidade Básica de Saúde, para manutenção do Pronto Socorro, para custeio do PS. Para vocês terem uma ideia, o PS hoje atende vinte mil pessoas em média. É um número muito grande. E você vai melhorando um serviço, você vira refém da melhora, mais pessoas buscam. Mais pessoas buscando, você vai ter um custo maior. Como esse recurso é apartado, não é atribuição minha, esse recurso eu o separo, ele está protegido a qualquer momento. Não é utilizado esse recurso para nada. Ele é específico para essa dotação. Algumas coisas específicas, como você falou do básico, entregar o básico é uma obrigação, mas muitas vezes a receita não consegue atender toda demanda necessária. Por isso que o Executivo passa, solicitando essa ajuda, essa parceria junto com os vereadores para a execução da atividade." **PERGUNTA:** "Posso concluir que a campanha de castração vai depender de emenda impositiva ou o orçamento já a prevê?" **RESPOSTA:** "De cabeça, não estou com todas as questões das emendas, mas está no projeto de lei que hoje está aqui. Dá para ver qual a discussão que está sendo feita para entendermos a questão. Daria para fazermos num fórum diferente essa discussão." **PERGUNTA:** "Perfeito. Só acho que a participação do Legislativo dentro da estrutura da proposta orçamentária precisa estar muito próxima, porque para mim é desconfortante ver um secretário de Educação pedir R$ 800 mil para a Câmara, enquanto a Prefeitura gasta R$ 1 milhão em Coffee break. Acho que essa preparação do orçamento para tentar de focar para o que é mais necessário para a população deveria vir na primeira proposta e aí complementarmos o orçamento com emenda impositiva naquilo que atende cada bairro, o que cada vereador sabe o que necessita. Mas esta é a minha opinião, não tenho a mesma especialização de vocês para desenvolver um orçamento. A última pergunta é sobre a reunião que tivemos, segunda-feira, com o Presidente da Câmara, quando ele anunciou o corte da frota de veículos da Câmara Municipal, que na minha opinião, é uma atitude precipitada, porque promove o sucateamento da Câmara, mas o que me preocupa é o momento em que a gente está fazendo isso. Estamos votando a Lei Orçamentária agora e sabemos que um patrimônio vai para a Prefeitura, que é uma despesa, o Presidente informou uma estimativa de que se gasta quase R$ 250 mil, como fica isso na LOA? Qual é a destinação desse novo patrimônio, até para não incorrer com o mesmo erro do IPTU, em que aprovamos um recurso, depois de a LOA aprovada, demos um cheque em branco, como fica esse patrimônio na Prefeitura e, principalmente, como fica o repasse, ele vai ser reduzido, em virtude dessa redução de despesas da Câmara ou ele se mantém e vai se tornar um cheque em branco para a Câmara também?" **RESPOSTA:** "Vereador, vou fazer alguns esclarecimentos de alguns itens, não estou fazendo defesa do orçamento. Por exemplo, um milhão e meio do Coffee break é uma ata. Sempre é importante pegar o que está empenhado e o executado. Aí sim foi um gasto.

Como é um item, que não tenho como vou quantificar quanto eu vou usar tem de ser aberta uma ata. Uma ata de X. Se eu for usar cem mil, duzentos mil no ano, aí entra na execução. É uma ata." **PERGUNTA:** "O senhor concorda comigo que poderia ser gasto até R$ 1.500 milhão com Coffee break". **RESPOSTA:** "Isso, a questão de disponibilidade financeira é que a gente vai executando, e eu sou um defensor de não fazer uso dessa linha. A questão dos carros, curiosamente, eu estava sabendo pelos corredores, não tinha informação oficial que poderia acontecer a qualquer momento. E ela aconteceu após 28 de setembro, que a lei foi protocolada na Câmara. Até dei a manchete hoje nos jornais que economiza X mil reais, e na verdade, se pensar em município, a Câmara economizou, mas você transfere para ao Executivo. Vou ter a manutenção, vou arcar com outros custos. Não necessariamente eu vou ter uma redução de gastos. Posso ter um aumento de gastos." **PERGUNTA:** "Eu não falei em redução não, falei como vocês se preparam já que vocês previram um orçamento e agora tem uma despesa a mais." **RESPOSTA:** "Esse item vou ter que discutir com vocês, porque o projeto de lei já está na Casa de Leis. Desse momento em diante, a discussão passa aqui. Não está mais com o Executivo." **PERGUNTA**: "Não é reduzindo o repasse da Câmara, em virtude disso? A gente sabe que muitas Prefeituras reduziram o repasse para as Câmaras, devido a esse sucateamento. Quanto mais reduz os gastos da Câmara, mais reduz o repasse." **RESPOSTA:** "Como a informação é nova, tenho de entender o prático, financeiro e orçamentário para resolver essa situação. Quando vai entrar na questão do patrimônio do município, quando isso vai ser repassado, então, há os trâmites legais para serem feitos. Mas vai dar impacto na questão do orçamento, se vai fazer no repasse do duodécimo, que é uma coisa sagrada o repasse, como a própria Câmara, na previsão orçamentária dela que foi passada para ela para compor o orçamento, não é Willian, não foi previsto isso também. Então, uma peça que foi para nós peça final também não estava composta. Agora temos de ajustar os ponteiros. Essa seria a palavra." **COM A PALAVRA O SENHOR PRESIDENTE:** "Secretário e Vereador, a devolução dos carros não vai interferir nada na LOA do ano que vem para a Prefeitura. Vamos falar em orçamento, se ela utilizar os carros, sim. Ela pode fazer um leilão dos carros se ela não tiver interesse em ficar com eles. O meu papel é devolver para a Prefeitura, por ser um bem permanente. Cabe à Prefeitura saber o que fazer, previsão de orçamento que eles vão ter de ter com combustível, manutenção, acho que eles já têm alguma coisa prevista, se eles forem usar. Agora, se não forem usá-los, podem leiloar e ainda favorecer a Prefeitura, porque vai entrar o dinheiro para os cofres públicos." **VEREADOR LISANDRO FREDERICO:** "Entendo, Presidente, só que o senhor também poderia ter leiloado os carros e investido o dinheiro em alguma atividade aqui. A informação que eu tenho é que é patrimônio da Câmara." **RESPOSTA**: "Não posso! Não posso! O patrimônio é do Executivo, não tem como fazer. Se amanhã ou depois for trocada uma mesa, como está que o senhor está ocupando agora, a obrigação da presidência, a obrigação da Câmara é devolvê-la para a Prefeitura. Eu não posso fazer um leilão e ficar com o dinheiro. Para conhecimento do senhor, todos os carros da Câmara têm

seguro. Um foi roubado. Quando foi recebido o dinheiro do seguro, entrou na conta da Câmara e, ao mesmo tempo, a Câmara teve de fazer o cheque e devolver para a Prefeitura. Patrimônio é do Executivo, não do Legislativo! É nosso enquanto a gente está usando." **VEREADOR LISANDRO FREDERICO**: "Eu não tinha essa informação, se o senhor está afirmando eu acredito." **COM A PALAVRA O SECRETÁRIO ITAMAR:** "Só complementando, é importante a discussão, é a questão da personalidade jurídica. Na verdade, personalidade é o Executivo, é um todo. Quando o orçamento retorna, vocês não podem patrimonializar. Vocês não têm déficit e superávit. Não teve a utilização do recurso, devolve. Não teve a utilização do patrimônio, retorna. É pelo caso da personalidade jurídica da Câmara." **Senhor Presidente**: "Até o dinheiro que fica aplicado na conta da Câmara, o rendimento é repassado para a Prefeitura. Nós usamos o que a Prefeitura passa, o que este ano o orçamento foi de vinte e seis milhões e alguma coisa, nada mais, nada menos. O que passar disso, temos de devolver." **COM A PALAVRA O VER. ANDRÉ MARCOS DE ABREU - PACOLA(DEM),** em relação ao aumento do número de habitantes na cidade, o vereador pergunta ao secretário: "Se o número de habitantes de Suzano aumentar, o repasse da Prefeitura de 6% para a Câmara cairá para 5%, é isso mesmo?" **RESPOSTA:** "Vereador, Pacola, uma vez que aumenta o orçamento, você meio que amortiza, ou seja, cinco por cento de oitocentos milhões é diferente de seis por cento de setecentos milhões. Então, você praticamente dá uma equiparada. O nosso aumento de receita reflete para vocês." **COM A PALAVRA O JOSÉ ALVES PINHEIRO NETO – PDT (NETINHO DO SINDICATO):** "Secretário, estou vendo aqui duas Secretarias que eu gostaria de ter mais informações. Primeira é a Secretaria de Transportes, que aumentou praticamente 40 % o orçamento dela. Fazendo uma conta de cabeça dá mais ou menos 40 %, e eu gostaria de saber aonde vai ser gasta essa verba. Lembrando que estou vendo uns trabalhos de pontos de ônibus, que eu iniciei lá, e não deu tempo de concluir, que é uma parceria com investidores da cidade, com o projeto – em que se põe propaganda em ponto de ônibus – "Adote um Ponto", eu não vi nenhum anúncio em jornais para que os comerciantes fiquem cientes. Pelo que eu vejo, o Mercado Siane, o Magic City entraram, foi um projeto que dei início e parabenizo a administração. Isso já traz uma economia para o município, porque você está trazendo a participação privada para dentro da administração pública. Gostaria de saber onde serão gastos os R$ 21 milhões? A outra Secretaria é do Esporte, gostaria de saber como será gasta a verba? Seria de grande importância este vereador saber. Eu vejo as periferias abandonadas em relação ao esporte, por isso gostaria de saber como será utilizada a verba?" **RESPOSTA**: "Já vou passar para o Willian que ele tem estratificado os R$ 21 milhões. No orçamento do transporte está previsto o a questão do CSI monitoramento. Parte dele deve ser cotizada com o trânsito, que vai ter um reflexo positivo da própria administração, a manutenção do sistema viário da cidade. Sistema bem moderno que está previsto no orçamento a manutenção ser paga pela Secretaria de Trânsito. Esporte, acho interessante ver o que está acontecendo no esporte. Hoje, quatro mil e setecentas pessoas

utilizam a piscina municipal. Você tem o estádio que atende diversas pessoas. Na PELC você tem projetos na Cultura e no Esporte. Então, hoje está chegando a 10 mil, mas o objetivo é de 12 mil, usuários no esporte. Estamos atendendo o cidadão. Estou transferindo dinheiro público para aquele que de fato é o dono, o munícipe. As entidades que fazem um trabalho com a cidade estão recebendo via per capta, e não pelo projeto, e sim pelo número de atendimento. Vimos na prática um atendimento melhor. O esporte do ano passado para este ano teve um pequeno acréscimo. Hoje o número de atendimentos pela Secretaria do Esporte é significativo. Vou passar para o Willian abrir os números da Secretaria de Transporte. Quero só deixar a ressalva que a nossa equipe vai estar junto com vocês na discussão da aprovação do orçamento e que isso pode ser feito a qualquer tempo." O Ver. André Marcos de Abreu solicita ao Senhor Presidente que encerre a audiência, após a resposta para o Vereador Netinho, visto que ainda haverá a sessão ordinária. Em aparte, o Ver. Edirlei Junio Reis - Professor Edirlei diz que ainda quer fazer uma pergunta e pede que após a sua fala o presidente encerre a audiência. O Senhor Presidente concorda e diz que após o questionamento dos vereadores e a pergunta de um munícipe encerrará a Audiência Pública. **RESPOSTA DO SR. WILLIAN:** "Conforme solicitado pelo Vereador, em um dos anexos da LOA, página 109, temos a Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana. Aqui temos o detalhamento das despesas. Dos quase R$ 21 milhões, temos R$ 4 milhões com despesas de folha de pagamento; entre outras despesas temos R$ 180 mil para compras de equipamentos – acredito que a Secretaria irá comprar um equipamento para pinturas de asfalto – para adiantamentos R$ 6 mil, publicidades R$ 1 mil; educação no trânsito, investimento de R$ 40 mil reais e a maior parte está no sistema de trânsito. O sistema de trânsito envolve material de consumo (tintas e outros materiais que utilizam diariamente para manutenção da sinalização viária), serviços de pessoas físicas (convênio junto a PM, que auxiliam na fiscalização de trânsito) e a maior parte das despesas é com pessoa jurídica (envolve os serviços de sinalização, o monitoramento, que o Itamar comentou, serviços da empresa que loca os equipamentos de fiscalização de trânsito, (radares) e os dois pátios que são terceirizados pela Prefeitura). Temos também R$ 900 mil para obras e instalações, se não me engano, é para obras de faixa de pedestres elevadas. O que digo é que me lembro mais ou menos, pois participei diretamente com as Secretarias, mas se o senhor quiser mais informações poderemos detalhar posteriormente." **VER. JOSÉ ALVES PINHEIRO NETO – PDT (NETINHO DO SINDICATO):** "Eu desejo essas informações mais detalhadas. Se o senhor puder me enviar, agradeço. Em relação ao Esporte sei que está sendo feito um trabalho, mas quando eu peço para saber onde estão sendo destinadas essas verbas, porque existem requerimentos aprovados por esta Casa, apontando risco de acidentes fatais em certas áreas da cidade com telhas penduradas e telhas cortantes, relatadas em requerimentos aprovados por esta Casa. Não é só o prejuízo material, mas põe em risco a vida das pessoas. A cobrança não é só feita para trazer melhorias. Quando identificamos algo que pode vir a tirar vidas, a machucar pessoas, a

gente tem uma preocupação imensa. O único motivo que eu vejo é não ter verba, porque uma pessoa vendo uma telha pendurada, caindo e não toma providências é complicado. Sei que isso vai respingar em cima do prefeito. Obrigado." **COM A PALAVRA O VER. EDIRLEI JUNIO REIS - PROFESSOR EDIRLEI(PSD):** "Cumprimento o secretário Itamar e a sua equipe pelo trabalho e esclarecimentos, cumprimento todo os secretário da Educação, Leandro Bassini, de Esporte, Nardinho, que estão fazendo um ótimo trabalho e depois vou fazer questionamentos sobre essas pastas. Antes quero pegar um gancho na fala do Vereador Lisandro em relação aos carros do município. Particularmente, acho que deveríamos fazer um amplo debate sobre o tema, acredito que como popularmente se diz "Pau que dá em Chico, dá em Francisco", se os vereadores da Câmara Municipal de Suzano não têm por que usar os veículos, os vereadores e os nobres deputados de todo o Brasil também não têm direito. Como funcionários que somos, gostaria de estender também, caso permaneça nessa situação, que o nosso prefeito faça o mesmo: tire os carros dos secretários, dos diretores e daqueles que o utilizam para trabalhar, a fim de economizar. E faço a sugestão de que use todo esse dinheiro, inclusive o da Câmara, possa ser utilizado em mais escolas. Essa é a minha sugestão, porque como disse, pau que dá em Chico, dá também em Francisco. Vamos economizar, vamos deixar uniforme para todos. Sigamos o exemplo, se não acho discrepante, como disse aqui, não sou totalmente a favor da medida, justamente porque faltou uma discussão e trazer o equilíbrio. Penso que pode se tirar sim, mas a partir de uma discussão que seja constatada, e se o motivo da retirada são os abusos, que se mantenha para aqueles que agem de forma correta e para aqueles que praticam os abusos que respondam e tenham seus carros retirados. Este é o meu posicionamento tanto para esta Câmara, quanto para o Executivo Municipal. Essa é a minha fala em relação aos carros, que acho oportuna tanto oportuna para nós, como para o público presente. A minha pergunta é para refletir, porque esse é o maior intuito desta Audiência sobre a LOA, sobre o orçamento. E o que me preocupa muito são os números que estão relacionados aqui. Estamos falando em economia e o Vereador Lisandro até fez um apontamento em relação a R$ 1 milhão aberto em ata e pegando o gancho de R$ 1 milhão que está empenhado para Coffee break é o mesmo milhão que está previsto aqui para a construção de uma creche para 2019. Aí eu fico triste, por quê? Porque nós temos um total de R$ 2 milhões para creche e sala de aula e R$ 2.300 milhões para o Esporte. Não que o Esporte não tenha que ter; não que o café não tenha que ter, só que hoje a grande deficiência em nosso município é Saúde e Educação. Quando nós olhamos para os números, começamos a refletir, não digo o que é certo e o que é errado, mas acho que cabe uma reflexão sobre os números, sobre a gestão, porque no meu entendimento para previsão para 2019, depois, os nobres pares que não viram, olhem e verifiquem que para a Educação Infantil vamos chegar a R$ 2 milhões e para o Esporte vamos chegar a R$ 2.300. Precisa a Secretaria de Esporte de R$ 2.300 milhões? Sim, mas os pais que chegam até este Vereador não pedem campo de futebol, eles pedem creches para os seus filhos, a fim de que eles

possam trabalhar. Então, a ordem dos números, a ordem das prioridades aqui está para nós pensarmos se não estão invertidas! Temos sim, Secretário, de refletir um pouco mais, como diz o nobre Vereador Netinho não sou contra, mas temos de pensar, sete milhões a mais para uma pasta dá para construir mais quatro creches, escolas, e hoje é o déficit maior no nosso município. Nós não temos uma Educação de qualidade, se nós vamos realmente fechar a torneira, tem de onde tirar e fazer a cidade de Suzano andar. Quero sim trazer essa reflexão para os senhores e a população pensarem e refletirem, porque para a pasta de Educação tem R$ 2 milhões e para a pasta de Esportes tem R$ 2.300 milhões. Agradeço a todos e como nobre Secretário disse: que os donos do dinheiro possam usufruir, mas na ordem certa dos fatores para não serem prejudicados! Boa tarde!" **RESPOSTA:** "Vereador, vamos por partes. Como foi extensa a sua pergunta, vou tentar ser breve. Quando este que vos fala recebeu o convite para ser secretário, a condição número 1 era utilizar o seu carro; número dois, utilizar o seu celular, você não vai ter nenhum benefício. Antigamente, os secretários levavam os filhos para a escola com carro oficial. Eu utilizei o carro oficial, nesses dois anos, se não me falha a memória, duas vezes: uma vez para ir ao Tribunal de Contas de São Paulo, fazendo uma atribuição minha de secretário e outra vez o utilizei, porque era o rodízio do meu carro. Utilizo o meu carro todo o tempo, não só eu, como todos os secretários e como o próprio prefeito. O carro do prefeito hoje não é um carro oficial. É o carro do prefeito. Essa prerrogativa a gente utilizou dentro do Executivo." O Ver. Lisandro interrompe o secretário e diz que ele também não utiliza o carro oficial, usa o seu próprio carro. **O VER. EDIRLEI JUNIO REIS - PROFESSOR EDIRLEI(PSD)**, diz: "Na verdade, a pergunta está sendo distorcida, Secretário, a minha pergunta foi uma e o senhor está falando outra coisa. Eu não falei em nenhum momento sobre o Prefeito, falei de todas as repartições públicas. Desculpe-me, quero que o senhor justamente proponha que vamos levar esta proposta não para que o senhor ou o prefeito não utilize, mas que leva ao corpo Executivo. Esta é a pergunta." **RESPOSTA:** "Deixe-me concluir a resposta. Você tem atividades que são intrínsecas e tem de ser carro oficial. Não tem como parar um carro de um fiscal descaracterizado na frente de um local, ou um carro que é da Saúde que foi comprado com verba da Saúde. Ele tem de ser utilizado daquela forma. Um carro comprado com o dinheiro do Fundeb tem de ser utilizado para o fim. Não vou polemizar, mas na verdade é usar o recurso na determinação correta. Por isso que não dá para generalizar. Por exemplo, a fiscalização tem três carros, que foram comprados com recursos do BNDS." **VEREADOR EDIRLEI JUNIO REIS - PROFESSOR EDIRLEI(PSD):** "Só quero abrir um parênteses, eu sou totalmente a favor que se tenha o carro. Eu trouxe a reflexão, porque eu sou a favor de que os diretores usem; que o Conselho Tutelar, que não tem carro para atender as ocorrências, tenha carro para atender Só que eu estou questionando porque tiraram da Câmara e daqui a pouco, você percebe, como o senhor disse, vai atender a população, que nós que somos funcionários públicos, e não temos. É incoerente. Estou dizendo o seguinte, se vai equiparar, vamos levar essa reflexão para mais longe. Eu sou a favor de que o secretário, de que o prefeito

tenha o carro oficial, que os vereadores tenham. Só fiz um questionamento para ver o caos que isso gera se a gente for levar a ferro e a fogo. Se o funcionário público não tem direito ao carro, ninguém vai ter. Essa é a minha indignação. O Conselho Tutelar quando for atender, tem de ir de bicicleta ou de ônibus, às três horas da madrugada." **O Ver. Lisandro Frederico**: "Eu não utilizo o carro e o Vereador Edirlei utiliza muito pouco, a gente utiliza o carro pessoal, mas temos uma equipe que trabalha, que faz um trabalho digno de respeito que precisa do carro para se locomover. Você não consegue exigir da sua equipe de finanças que utilizem o carro deles. Estamos dificultando os atos da Câmara." **RESPOSTA, SEC. ITAMAR:** "Complementando a linha, não estou reforçando a resposta, mas acho que tem de ser discutido. Retornando à ata eu posso ter quantos milhões forem necessários. Por exemplo, eu tenho uma ata de quinze milhões para asfalto. Se eu não tiver o recurso não tenho como executar. Então, não é porque eu tenho a ata de R$ 15 milhões que eu tenho a disponibilidade financeira. Ata só pode ser utilizada, mediante disponibilidade financeira daquela dotação. Tem todo um procedimento legal para essa discussão. O Vereador levantou um tema importante. A questão aqui é refletir sobre planejamento, o orçamento que é um exercício fantástico, é extremamente difícil, por isso que é salutar essa discussão. Muitas vezes a gente discute, porque não entende realmente qual é aquela necessidade. Então, mostra a necessidade, até os dois nobres vereadores fizeram a pergunta consonante à questão do Esporte. O Esporte está atendendo? Não está atendendo? Essa é a discussão importante. Quando você fala em R$ 2 milhões para o ensino fundamental, você tem o recurso do Fundeb, você tem outros recursos que podem vir aportados." **PERGUNTA Ver. Edirlei:** "A minha comparação é que o recurso é muito grande, não estou falando em proporcionalidade, estou falando que o investimento está sendo maior no lazer do que na Educação, proporcional ao que está aqui." **RESPOSTA:** "Voltando nessa linha, é entender o fato, por exemplo, a Secretaria de Esportes tem 1,5% da Educação. Então é uma distância muito grande entre os orçamentos. Quando a Saúde e a Educação aumentam um ou dois por cento, elas achatam as outras Secretarias. É um equilíbrio muito difícil de fazer, Professor, porque o cobertor é curto. Vou atender um e vou atender até onde o outro? Acho que o caminho é a disponibilidade da equipe, que agora está com essa porta aberta para fazermos a discussão em conjunto, para fazer uma peça orçamentária, vir aqui para esta Casa, e ela atender um lado só: a população." **SENHOR PRESIDENTE LEANDRO ALVES DE FARIA – PR (LEANDRINHO):** "Secretário, só para finalizar, queria que o senhor desse uma explicação para este Vereador. Como são destinados os royalties que recebem da exportação do petróleo e do gás natural, que pelo orçamento são mais de R$ 6 milhões. Como são gastos e para quais Secretarias vão? **RESPOSTA:** "Há três tipos de royalties: gás, petróleo e, recentemente, teve a lei royalties do minério. Ou seja, o pessoal fazendo a mineração lá no Pará vai ter o royalties distribuído do petróleo para todos os municípios. Esse é um valor que entra mensalmente. Ele tem um foco e direcionamento, basicamente, para as Secretarias de manutenção. Dentro da Secretaria de Finanças, para fazer uma

utilização desse royalties de petróleo, que entra hoje de R$ 250 a R$ 300 mil por mês, para fomentar a usina de asfalto, que é o nosso objetivo, hoje o utilizamos para estrutura. O recurso dele é uma verba apartada. Você a utiliza hoje para os serviços urbanos." **SENHOR PRESIDENTE:** "Obrigado pela resposta. Tem uma pergunta do público presente que é do Sr. Alexandre Nigri da Silva, não sei se ele está presente, talvez tenha ido embora. Ele é representante do Conselho Municipal de Educação e pergunta: "Gostaríamos de saber se todos os Vereadores além do Professor Edirlei, apoiam o Conselho na petição que fizemos para a inclusão na LOA de verba prevista em lei para funcionamento do Conselho? Informamos que já protocalamos estimativa de orçamento(custos) do Conselho para o Professor Edirlei, e, na presente data, também oficiamos a Mesa o pedido. **RESPOSTA SEC. ITAMAR VIANA:** "Posso até dar uma verificada. A questão do Conselho Municipal de Educação, assim como o Conselho Municipal de Saúde, tem dotação própria. Eu não tenho de mandar o recurso para eles. Tanto que o recurso utilizado para a Saúde e Educação já existem verbas previstas para isso. Tanto que era uma briga minha, quando o Conselho colocava uma edital, alterava a data, mandava outro; alterava a data e mandava pela terceira vez. Até comentei com eles, uma vez que você altera a data, você paga, estão me trazendo a informação de que existe o recurso para isso, vamos tentar retificar o menos possível, porque cada retificação há um custo que sai do município. Já existe uma dotação específica e vou até pegar na linha específica para reportar ao munícipe. Já existe a previsão dos Conselhos dentro do orçamento." Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente agradece a presença do secretário e de sua equipe, de todos os vereadores e do público presente e, às 16h37, encerra a Audiência Pública. Comparecem a esta Audiência Pública os seguintes Vereadores: André Marcos de Abreu - Pacola(DEM). Antonio Rafael Morgado - Professor Toninho Morgado(PDT). Edirlei Junio Reis - Professor Edirlei(PSD). Ver. Jaime Siunte(PTB). José Alves Pinheiro Neto – PDT (Netinho do Sindicato). Leandro Alves de Faria – PR (Leandrinho). Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS). Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans(PTB). Verª. Neusa dos Santos Oliveira - Neusa do Fadul(PSD) e Rogério Gomes do Nascimento – PRP (Rogério da Van). Acompanhamento da Audiência Pública: Thais Aranha, jornalista. Diretora de Comunicação, Vivian Turcato. José Cláudio da Silva Aguiar – consultor de orçamento. Taquígrafa, Rosinéia.

Plenário FRANCISCO MARQUES FIGUEIRA, em 07 de novembro de 2018

VER. LEANDRO ALVES DE FARIA – PR (LEANDRINHO)
Presidente

VER. Antonio Rafael Morgado - PDT (Prof. Toninho Morgado)
1º Secretário

VER. Max Eleno Benedito – PRP (Max do Futebol)
2º Secretário

rap

rap